



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025/2027

Aprovado em Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025

Metro-Mondego, S.A.
fevereiro 2025

ÍNDICE

Índice de Quadros	5
1. Introdução	6
1.1. Caracterização da Empresa.....	6
1.2. Missão, visão e valores	7
1.3. Estrutura orgânica da empresa.....	9
2. Estratégia de médio prazo (três anos).....	11
2.1. Estratégia	11
2.2. Objetivos	13
3. Plano de atividades e indicadores de desempenho	17
3.1. Enquadramento macroeconómico	17
3.2. Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão	18
3.3. Enquadramento no Programa de Governo.....	22
4. Atividades a desenvolver	24
4.1. Atividades correntes.....	24
4.2. Operação do SMM.....	25
4.3. Material Circulante e Sistemas de Carregamento	28
4.4. Construção do PMO	29
4.5. Colocação em Serviço do Sistema de Bilhética	30
4.6. Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra	32
4.7. Estudos, Projetos e Fornecimentos	33
4.8. Serviços Rodoviários Alternativos.....	34
4.9. Comunicação e <i>Marketing</i>	35
4.10. Transferência da Gestão dos Ativos	37
5. Plano de Investimentos	39
6. Recursos Humanos	44
7. Informação financeira	50
7.1. Atividade operacional.....	53
7.2. Atividade de investimentos	59
7.2.1. Investimentos com financiamento comunitário.....	60
7.2.2. Análise dos indicadores de gestão	61
7.2.3. Efeitos não recorrentes.....	62
8. Contrato de Serviço Público.....	64
9. Quadro síntese de autorizações requeridas	66

Lista de Anexos

Anexo A – Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional	68
Anexo B – Declaração de Conformidade (Anexo XI da DGO).....	70
Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais	71
Anexo D – Demonstrações Financeiras UTAM	77
Anexo E – Mapa de Pessoal Aprovado pela Secretária de Estado da Mobilidade	85
Anexo F – Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional	86
Anexo G – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito anual de novas admissões	87
Anexo H – Autorização para admissão de 5 trabalhadores no exercício de 2022	88
Anexo I – Autorização para admissão de 8 trabalhadores no exercício de 2023	89
Anexo J – Autorização para admissão de 59 trabalhadores no exercício de 2024	90
Anexo K – Autorização para utilização de saldo de gerência em 2024	91
Anexo L – Proposta de Acordo de Empresa	93

Índice de Quadros

Quadro 1 – Objetivos estratégicos financeiros	14
Quadro 2 – Objetivos estratégicos setoriais	15
Quadro 3 – Cenário macroeconómico.....	17
Quadro 4 – Grau de execução do PAO 2024, na perspetiva financeira	21
Quadro 5 – Grau de execução do PAO 2024, na perspetiva orçamental.....	22
Quadro 6 – Grau de execução do PAO 2024 no indicador alternativo.....	22
Quadro 7 – Evolução do investimento, na perspetiva orçamental	39
Quadro 8 – Orçamento de despesa por fontes de financiamento, na perspetiva orçamental	41
Quadro 9 – Origem de fundos, na perspetiva orçamental.....	42
Quadro 10 – Quadro de pessoal	46
Quadro 11 – Evolução dos Recursos Humanos em 2025.....	46
Quadro 12 – Custos com pessoal	47
Quadro 13 – Evolução marginal dos encargos anuais com novas admissões.....	48
Quadro 14 – Encargos com administração e órgãos sociais	48
Quadro 15 – Encargos com Recursos Humanos e equiparados	49
Quadro 16 – Fontes de financiamento, na perspetiva financeira	50
Quadro 17 – Fontes de financiamento, na perspetiva orçamental	50
Quadro 18 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva financeira	52
Quadro 19 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva orçamental	53
Quadro 20 – Gastos por centro de custo	53
Quadro 21 – Orçamento de Exploração	55
Quadro 22 – Evolução dos custos com pessoal, FSE e volume de negócios	56
Quadro 23 – Despesas de funcionamento.....	57
Quadro 24 – Encargos com a frota automóvel	58
Quadro 25 – Investimento plurianual	59
Quadro 26 – Investimento com financiamento comunitário, na perspetiva orçamental	61
Quadro 27 – Evolução do indicador de estrutura de gastos operacionais (GO/VN)	62
Quadro 28 – Venda de ativos.....	63
Quadro 29 – Síntese de autorizações requeridas	66
Quadro 30 – Efeito anual de novas admissões	87

1. Introdução

1.1. Caraterização da Empresa

A Metro-Mondego, S.A. [MM], é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública a 20/05/1996. De acordo com os Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, as participações dos acionistas da MM no seu capital social compreendem o Estado, que detém a maioria do Capital Social (53%), os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã (com 14% cada), a Infraestruturas de Portugal, S.A. (2,5%) e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (2,5%).

Através do Decreto-Lei n.º 10/2002, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro, o Estado atribuiu à MM a concessão, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de transporte público nos Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM]. Segundo o mesmo diploma, compete à Infraestruturas de Portugal, S.A. [IP] o desenvolvimento dos procedimentos necessários à realização de projetos técnicos e assessoria à gestão e coordenação, de expropriações, de empreitadas (infraestrutura base do troço entre Coimbra B e Serpins e Linha do Hospital), sistemas de telemática e de apoio à exploração e de paragens, sinalética e mobiliário urbano), de fiscalização das mesmas e ainda da candidatura a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento. À MM cabe supervisionar o SMM e assegurar a sua exploração comercial.

A solução de transporte adotada pela MM, o Metrobus, que se configura como um sistema de transporte rodoviário em infraestrutura dedicada e assegurada por veículos elétricos adaptados a essa infraestrutura, sendo económica e socialmente mais vantajosa, assegura o aproveitamento racional do canal ferroviário existente, para além de permitir uma integração sustentável em meio urbano.

Durante a fase de construção das infraestruturas, a MM é ainda responsável pelos Serviços Rodoviários Alternativos.



1.2. Missão, visão e valores

A missão da MM é subsidiária da ambição que presidiu à sua criação e que, genericamente, pode ser equacionada pela importância de suprir necessidades de mobilidade na área geográfica dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã afirmando-se, por esta via, como um instrumento decisivo para melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas. Em concreto, a missão da MM agrega as seguintes dimensões:

- **Implementar e explorar o SMM** na área geográfica dos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos afetos ao projeto;
- **Promover a mobilidade sustentável**, colocando os meios disponíveis e o conhecimento acumulado ao serviço da região, dos seus habitantes e visitantes, incentivando ativamente a implementação de soluções inovadoras em matéria de mobilidade, de oferta de serviços urbanos integrados e de proteção do ambiente;

- **Assegurar a manutenção e renovação da infraestrutura**, com elevadas condições de segurança, interoperabilidade e de continuidade do serviço público;
- **Contribuir para a inclusão social e para a igualdade entre mulheres e homens** de forma eficaz e coerente.

A visão da MM pondera o impacto da sua atividade num horizonte de longo prazo e projeta três perspetivas entendidas como necessárias para que esse desiderato possa ser alcançado:

- Ser uma **organização inovadora**, interagindo com as populações e assegurando de modo eficaz a implementação e a exploração do SMM, **visando alcançar elevados padrões de qualidade de serviço público**;
- Ser um parceiro das autarquias e dos demais agentes no desenvolvimento de um sistema de transportes integrado, que contribua para a melhoria das acessibilidades e do **desenvolvimento económico e social**, bem como para as condições de **coesão territorial e de qualificação urbana**;
- **Participar**, juntamente com os diversos atores económicos, sociais e académicos, no **desenvolvimento sustentável, na melhoria da qualidade de vida e no aumento da atratividade da região**.

A MM pauta as suas ações pelos seguintes valores:

- **Serviço público** de elevada qualidade com foco nas pessoas e salvaguarda da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens;
- **Transparência e integridade** em todas as intervenções e relações com partes interessadas;
- **Rigor e responsabilidade** no cumprimento das tarefas profissionais;
- **Espírito de equipa**, procurando a orientação para objetivos comuns, valorizando a partilha de conhecimento, o mérito e a equidade;
- **Sustentabilidade**, promovendo a mobilidade ecológica e a qualidade de vida através da adoção das melhores práticas do setor e da consciencialização ambiental interna e externa;
- **Inclusão**, desenvolvendo soluções de mobilidade que permitam a todos deslocarem-se conforme as suas necessidades, independentemente da sua condição física, social ou género.



1.3. Estrutura orgânica da empresa

A MM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. Os atuais Órgãos Sociais da MM foram eleitos para o mandato do triénio 2023 a 2025 através de Declaração Social Unânime por Escrito de 15 de setembro de 2023, sendo o Conselho de Administração composto por um Presidente e dois vogais executivos. A estrutura orgânica em vigor na MM, para o horizonte temporal deste Plano, é apresentada na Fig. 1.

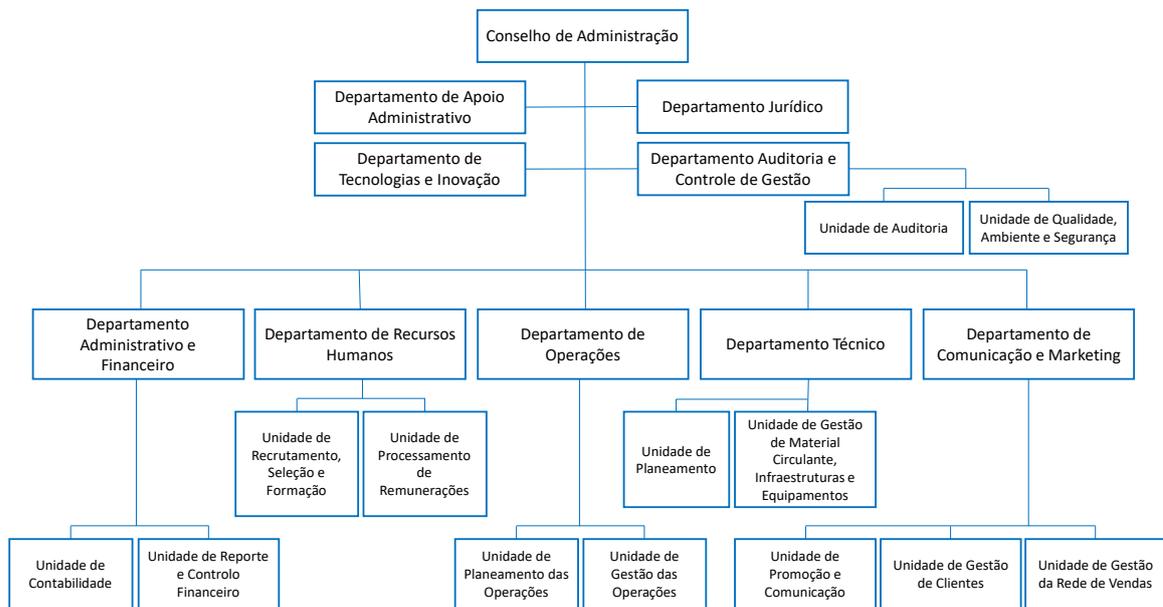


Figura 1 - Organigrama da Metro Mondego, S.A.

2. Estratégia de médio prazo (três anos)

2.1. Estratégia

Em termos genéricos, a estratégia da MM consiste na **promoção da mobilidade sustentável na sua área de intervenção**, ou seja, “criar as condições para que [a mobilidade] se possa exercer através de modos de transporte sustentáveis, isto é, cuja produção tenha os menores impactes possíveis sobre o ambiente, recorra a energias renováveis ou cada vez menos dependentes de recursos naturais esgotáveis [...], com custos social e economicamente aceitáveis pela sociedade, e que garantam uma relativa equidade de acesso a toda a população¹”.

Esta orientação da atividade da MM enquadra-se, naturalmente, nas estratégias estabelecidas nas escalas europeia, nacional e regional para a mobilidade, sendo amplamente reconhecido o seu contributo para o desenvolvimento económico e social e para a competitividade e sustentabilidade das finanças públicas e da economia nacional.

De facto, a orientação antes referida está claramente definida no plano europeu, cuja estratégia estabelece que a “mobilidade com baixo nível de emissões é uma componente essencial da grande transição para a economia circular hipocarbónica, necessária para a Europa manter a sua competitividade e poder dar resposta às necessidades de mobilidade das pessoas e das mercadorias²”.

No plano nacional, também no programa do XXIV Governo Constitucional se assume uma “linha de ação convergente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, assim como com a Estratégia Portugal 2030, que enquadra a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento³”. O programa do Governo assenta em seis pilares estratégicos, para cujo resultado se definem vários eixos de atuação, entre os quais se inclui “a transição para uma economia circular e descarbonizada, que preserva os seus recursos naturais e que aposta decisivamente na mobilidade e na eficiência energética”⁴.

Na dimensão regional, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS] da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra [CIM RC] estabelece como objetivos estratégicos, entre outros, a “promoção de uma transferência para modos de transporte

¹ Cf. APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2010): Projeto Mobilidade Sustentável, Volume II, página 11.

² Comissão Europeia (2016): Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica; Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões; COM (2016) 501 final; página 2.

³ Cf. Programa do XXIV Governo Constitucional (2024): “Introdução – Um País com ambição”, página 4.

⁴ Cf. página 5, op. cit..

mais limpos e eficientes, [a] garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo, [e a] redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito estufa e do consumo de energia⁵”.

Numa escala mais micro, isto é, associada à atividade da empresa, a estratégia estabelecida assume três dimensões complementares:

- i. **Disponibilizar a infraestrutura** do SMM, em articulação com a Infraestruturas de Portugal, S.A. [IP];
- ii. **Preparar e iniciar a operação** do sistema em modo rodoviário elétrico;
- iii. Contribuir para um ecossistema de colaboração regional, por forma a permitir a **integração do SMM** com os restantes modos e operadores de transporte público.



⁵ Cf. CIM RC (2018), Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, página 23.

2.2. Objetivos

O principal objetivo da MM é disponibilizar um sistema de transporte coletivo [TC] de elevada qualidade que permita aumentar expressivamente a quota modal do transporte público [TP] nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A concretização desta aspiração envolve vários objetivos parcelares, dos quais se sublinham:

- Contribuir para uma valorização da imagem do TC, frequentemente visto como um modo de transporte destinado a estratos de menores rendimentos, para um sistema de transporte universal, inclusivo, ecológico e capaz de atrair e servir utilizadores independentemente do estrato social ou condições económicas;
- Promover condições de trabalho adequadas para todos os colaboradores e prestadores de serviços da MM, componente essencial para otimizar a eficiência da empresa;
- Desenvolver uma cultura de cooperação com os principais agentes envolvidos, entre os quais se destacam o Estado, os municípios abrangidos, a CIM RC e os operadores de transporte deste espaço geográfico.



No horizonte temporal deste Plano, identificam-se como objetivos estratégicos financeiros a maximização da eficiência operacional e a maximização dos proveitos da empresa. Considerando que, no horizonte temporal deste Plano, a empresa tem de articular despesas relacionadas com investimento e com a operação do SMM (a fase A do SMM, correspondente à ligação entre Serpins e a Portagem, a partir do final do primeiro semestre de 2025), o recurso ao indicador que foi considerado nos exercícios anteriores, para avaliar a dinâmica da Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais [IOEGG= Gastos Operacionais/Investimento realizado], deixa de ser aplicável. Em conformidade, a partir de 2025, o indicador que se está a considerar⁶ corresponde ao rácio entre gastos operacionais e o volume de negócios (GO/VN). Igualmente, para aferir a trajetória de maximização dos proveitos da empresa, considera-se como indicador o valor anual das receitas tarifárias. No Quadro 1 indicam-se os valores definidos para as metas a atingir para estas duas dimensões, para cada ano.

Quadro 1 – Objetivos estratégicos financeiros

Objetivo	Indicador	2025	2026	2027
Maximizar a eficiência na utilização dos recursos	Gastos operacionais/Investimento realizado	n.a	n.a	n.a
Maximizar a eficiência operacional	Gastos operacionais/Volume de negócios	11,11	0,99	0,99
Maximizar os proveitos da empresa	Volume anual das receitas tarifárias	649 855	4 883 703	5 988 999

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo consiste em colocar em operação o SMM, admitindo-se que tal envolva uma fase de operação experimental e de testes no segundo trimestre de 2025, após o que se dará início à operação comercial, entre Serpins e a Portagem, no final do primeiro semestre de 2025, projetando-se que em 2026 o mesmo acontecerá nos restantes troços da extensão prevista (ou seja, até à atual estação de Coimbra B bem como a Linha do Hospital). Define-se como indicador associado a este objetivo o número de quilómetros da rede em serviço, propondo-se como meta a atingir, em 2025, 35,5 km (correspondente à extensão do troço entre Serpins, no concelho da Lousã, e a Portagem, no concelho de Coimbra).

Associado a este objetivo, assume-se o do aumento da procura dos serviços da MM. Recorda-se que até ao momento esta procura corresponde, em exclusivo, aos serviços rodoviários alternativos que a empresa fornece; contudo, com a entrada em funcionamento da 1ª fase do SMM, prevista para o final do segundo trimestre de 2025, e a entrada em operação de todo o sistema em 2026, prevê-se um aumento expressivo

⁶ Artigo n.º 134 da Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro).

do número de passageiros. Importa dar nota de que se admite que, em 2026, ainda não seja viável atingir o pleno da procura estimada para o funcionamento do sistema em velocidade cruzeiro, razão pela qual se considera um fator de *ramp up* para a procura⁷.

Constitui-se igualmente como objetivo central da MM a disponibilização de um tarifário intermodal integrado para a região de Coimbra, processo que assenta numa articulação entre os sistemas de bilhética dos diversos operadores no âmbito da atividade da entidade gestora do tarifário intermodal. Neste contexto, na sequência da constituição desta entidade, em 2024, aponta-se como meta a disponibilização do tarifário intermodal, em 2025. Sintetizam-se no Quadro 2 as metas definidas para este conjunto de indicadores.

Quadro 2 – Objetivos estratégicos setoriais

Objetivo	Indicador	2025	2026	2027
Colocar em serviço o SMM	Quantidade de quilómetros da rede em serviço	35,5	41,9	
Aumentar a procura dos serviços da MM	Nº de passageiros	865 731	9 518 142	11 683 277
Promover a intermodalidade do sistema	Marcos da entrada em serviço do tarifário intermodal	Disponibilização do tarifário intermodal		

Importa ter presente que o cumprimento das metas referidas depende necessariamente de um conjunto de pressupostos, entre os quais se inclui a obtenção dos financiamentos previstos, das autorizações governamentais relevantes e do cumprimento do planeamento acordado entre o Governo, a MM, os municípios e a IP. Finalmente, de entre as principais metas de curto-prazo estabelecidas para a atividades da MM, destacam-se as seguintes:

- Receção dos ativos no âmbito da concessão do SMM, por transferência da IP, à medida que as empreitadas das infraestruturas forem sendo concluídas, nos termos definidos nas Bases da Concessão;

⁷ As estimativas de procura do SMM têm por base o estudo de procura do SMM (“Avaliação de novo cenário de estimativa de procura do Sistema de Mobilidade do Mondego”, TRENMO, julho 2020). A procura estimada neste estudo para o 1º ano de exploração com a rede completa do SMM foi de 13.053.452 passageiros e 68.994.260 passageiros.km. A partir destes dados, a MM produziu estimativas de procura atualizadas e de maior pormenor, tendo em conta: i) o atual faseamento previsto da entrada em serviço da rede (Fase A Serpins-Portagem no segundo trimestre de 2025 e a rede completa em 2026) e ii) um período de *ramp-up* da procura, durante o qual deverá ocorrer a alteração de hábitos da população face ao novo sistema, em que a procura aumenta progressivamente desde a entrada em serviço até ser atingida a procura potencial (ou de cruzeiro) estimada. Mais concretamente, como fator de *ramp-up* considerou-se a proporção de procura efetiva em relação à procura potencial em ano de cruzeiro, tendo sido considerado 50% no 1º trimestre da Fase A e um aumento de 6,25% por trimestre, de modo a atingir 100% após 2 anos.

- Início da operação experimental e de testes do SMM na ligação entre Serpins e a Portagem, no segundo trimestre de 2025;
- Início de uma operação de transbordo rodoviário para a ligação entre Coimbra B e Coimbra (Estação Nova), na sequência da interrupção do serviço ferroviário, em janeiro de 2025;
- Arranque da operação comercial do SMM na ligação entre Serpins-Portagem no final do segundo trimestre de 2025 (Fase A) e com a rede completa em 2026.



3. Plano de atividades e indicadores de desempenho

3.1. Enquadramento macroeconómico

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da MM é desenvolvido em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado.

O cenário macroeconómico considerado é o que se reproduz no Quadro 3.

Quadro 3 – Cenário macroeconómico

PIB e componentes da Despesa (var. % em termos reais)	2024	2025	2026	2027
PIB	1,5	1,9	2,0	1,5
Consumo Privado	1,5	1,7	1,7	1,8
Consumo Público	1,8	1,1	1,4	1,0
Investimento (FBCF)	4,4	3,9	5,1	-0,5
Exportações de Bens e Serviços	3,1	4,2	3,9	3,8
Importações de Bens e Serviços	4,0	4,5	4,6	3,1
Evolução dos Preços (IPC)	2,9	2,1	2,0	2,0
IHPC	2,5	2,1	2,0	2,0

Fonte: GPEARI

Em 2025, perspectiva-se a continuidade da tendência decrescente da inflação (com uma diminuição do IPC de 2,5 %, em 2024, para 2,1%, em 2025) embora se mantenham algumas das preocupações económicas relacionadas com a variação das taxas de juro. O PIB deverá evoluir cerca de 1,9% (crescimento marginalmente superior ao estimado para 2024 de 1,5%), variação essencialmente assente no crescimento do Consumo Privado, dado que se espera um abrandamento do crescimento do Consumo Público (de 1,8% em 2024, para 1,1% em 2025), bem como do Investimento (de 4,4% em 2024, para 3,9% em 2025). Finalmente, a elaboração deste exercício de planeamento não pode ignorar que a economia portuguesa é ainda condicionada pela incerteza geopolítica que decorre da guerra na Ucrânia e do abrandamento do comércio mundial. Em conjunto, estes fatores têm impactos potencialmente significativos na atividade da empresa, nomeadamente ao nível das cadeias de abastecimento para satisfazer necessidades logísticas e dos custos com fornecimentos essenciais à conclusão das obras.

Assim, nos termos das “Instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2025, anual e plurianual, das empresas não financeiras”, o ano de

referência a ser tomado para a elaboração do plano anual, será o ano 2024 (execução). É face a ele que se perspetiva a atividade da empresa e fundamentam os aumentos ou decréscimos das respetivas componentes do PAO. Para os anos subsequentes (2026 e 2027), serão considerados, como anos de referência, os exercícios anteriores.



3.2. Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão

A proposta de PAO e correspondentes projeções financeiras obedece à legislação e orientações vigentes para o SEE, nomeadamente no que concerne à prática de uma estratégia de maximização das receitas comerciais e contínua implementação de políticas de redução de custos. A MM não tem pagamentos em atraso, assegurando a prática de um prazo médio de pagamentos [PMP] inferior a 30 dias. Por esta via, a MM associa-se ao crescente contributo do SEE para a solidez das finanças públicas e garante o compromisso com a manutenção integral dos objetivos do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, assumindo um PMP até 30 dias nas Demonstrações Financeiras Previsionais de 2025 a 2027. Igualmente, a MM não tem endividamento e não prevê o recurso ao endividamento.

Os cenários de evolução da situação financeira da MM considerados no plano anual (2025) e plurianual (triénio 2025-2027), ponderam um conjunto de especificidades que decorrem da implementação, em curso, do SMM e que devem ser tidas em conta na leitura da generalidade das projeções deste documento, nomeadamente:

- i) As estimativas de receitas associadas à venda de bilhetes têm origem em dois serviços distintos:
 - a) A operação dos Serviços Alternativos, que ocorre pela venda direta de títulos pela MM e resulta do tarifário definido pela CP - Comboios de Portugal, cuja estimativa assenta em dados históricos. Deste modo não estão contempladas estimativas de crescimento anuais por não se enquadrarem neste cenário de operação;
 - b) A venda de bilhetes do SMM, que se iniciará em 2025 (Serpins – Portagem), sendo que este calendário não permite evidenciar taxas de crescimento do volume de negócios que naturalmente ainda não é possível formular.

A partir do final do 2º trimestre de 2025, com a entrada em serviço da operação entre Serpins e a Portagem, deixará de ser prestada a operação dos Serviços Alternativos a este eixo, pese embora seja realizado o transbordo rodoviário no eixo Coimbra – Coimbra B, sendo que para este serviço não estão previstas receitas.

- ii) Em 2025 a MM prossegue a fase de investimento iniciada nos exercícios anteriores. Contudo, é também em 2025 que se inicia a fase de operação. Neste contexto, impõe-se interromper a análise de eficiência operacional com base no Indicador Alternativo [IOEGG] e iniciar a aplicação do Indicador que se encontra definido na Lei de Execução Orçamental de 2024, que corresponde ao rácio dos Gastos Operacionais/Volume de Negócios (GO/VN).
- iii) O aumento da estrutura de pessoal é a que decorre do incremento da atividade da empresa e da preparação interna dos seus recursos para iniciar operação, conforme se desenvolve no capítulo 5.
- iv) Os custos crescentes com fornecimentos e serviços externos [FSE] estão relacionados com o incremento de estrutura e da atividade. A análise da sua evolução passa a considerar o indicador de eficiência de gastos operacionais das empresas do setor empresarial do estado.

- v) A análise do resultado operacional deve ser contextualizada pelas especificidades invocadas, i.e., não obstante exibir resultados positivos e crescentes que são sustentados por operações previstas, algumas destas são não recorrentes e não diretamente associadas à atividade normal da operação do SMM (e.g., venda de parcelas sobrantas e frações dos edifícios que a MM está a construir na Baixa de Coimbra).
- vi) Reforça-se que a MM (ainda) mantém características de uma empresa de projeto. Associada a esta condição de empresa de projeto está a incumbência da MM de implementar um sistema de mobilidade, com acolhimento dos pressupostos inscritos nos documentos previsionais, nomeadamente no cronograma institucional do SMM, que estabelece como data prevista para o início da operação o final do segundo trimestre de 2025. Em síntese, por instruções da Direção Geral do Orçamento, a MM mantém em execução o projeto do SMM, incluindo o projeto orçamental que se refere ao investimento no material circulante (projeto 14978). Deste modo, são evidenciadas as fontes de financiamento no Quadro 18 – Origem e Aplicação de Fundos na perspetiva financeira e no Quadro 19 – Origem e Aplicação de Fundos na perspetiva orçamental. Sublinha-se que a fonte de financiamento comunitária resulta do contrato estabelecido ao abrigo da candidatura ao Programa Sustentável 2030 para financiamento dos veículos, dos sistemas de carregamento e do PMO.
- vii) Não existem garantias concedidas. Quanto a contingências conhecidas importa assinalar o seguinte:
- Corre no Tribunal Central Administrativo do Norte uma ação administrativa proposta contra a MM com fundamento em alegados prejuízos resultantes da execução das obras, quantificados em 170 397,00 €, relativamente à qual já foi proferida decisão de primeira instância totalmente favorável à MM. Em caso de procedência do recurso e decaimento total da ação, cenário que se reputa muito pouco provável, a MM poderia ter de assumir o valor peticionado, acrescido de uma compensação pelas custas processuais da autora.
 - Corre no Tribunal Central Administrativo do Norte uma ação administrativa relativamente à qual foi proferida Decisão Arbitral que condenou a MM ao pagamento de 116 682,22 €, a título de responsabilidade pelo preço/pagamento de trabalhos complementares. Em caso de improcedência do recurso, cenário que se reputa algo provável, a MM poderia ter de assumir o valor condenatório, acrescido de uma compensação pelas custas processuais da recorrida.

- Corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra uma ação administrativa proposta contra a MM com fundamento em alegados prejuízos resultantes da execução das obras, quantificados em 30 417,93 €, relativamente à qual ainda não foi proferida decisão de primeira instância. Em caso de procedência da ação, cenário que se reputa algo provável, a MM poderia ter de assumir o valor peticionado, acrescido de uma compensação pelas custas processuais da autora.
- Relativamente a outras pretensões indemnizatórias, designadamente, quanto ao interesse contratual positivo, considera-se muito pouco provável que as mesmas possam ter lugar, mesmo no cenário, muito improvável, de procedência da ação.
- viii) A execução do PAO 2024 encontra-se resumida no Quadro 4.

Quadro 4 – Grau de execução do PAO 2024, na perspetiva financeira

	2024 v0	2024 Execução	Variação valor	%
Fornecimento e Serviços Externos	1 188 610	340 529	-848 080	-0,714
Pessoal	2 208 122	1 105 543	-1 102 579	-0,499
Investimento relacionado com funcionamento	818 500	11 463	-807 037	-0,986
Comunicação e Marketing	120 000	89 644	-30 356	-0,253
Serviços Alternativos	1 677 160	1 855 747	178 587	0,106
Libertação da Baixa de Coimbra	2 335 381	1 275 476	-1 059 904	-0,454
Empreitada de Construção PMO	8 371 865	5 077 526	-3 294 339	-0,394
Bilhética	170 232	464 598	294 366	1,729
Material Circulante	30 742 789	19 815 748	-10 927 041	-0,355
Assessorias e estudos	551 940	388 141	-163 799	-0,297
IRC	114 419	126 117	11 697	0,102
Total	48 299 018	30 550 533	-17 748 485	-0,3675

Em termos globais, o nível de execução de 2024, na ótica da contabilidade financeira, cifra-se em 63,2% do Orçamento aprovado para 2024 (PAO 2024/2026 V0). A ocorrência de atrasos na receção dos veículos e na execução de algumas despesas previstas para 2024 (empreitadas) explicam o nível de execução alcançado face ao previsto.

Cumulativamente, em face dos ajustamentos temporais dos investimentos (não diretamente geridos pela MM) com implicações no início da operação do SMM, as admissões de pessoal, em particular as que estão diretamente alocadas à atividade operacional, também deslizam no tempo, o mesmo sucedendo com os custos com FSE.

Quadro 5 – Grau de execução do PAO 2024, na perspetiva orçamental

	2024	2024	Variação	
	v0	Estimativa	valor	%
Fornecimento e Serviços Externos	1 500 000	414 579	-1 085 421	-0,724
Pessoal	2 159 302	1 101 706	-1 057 595	-0,490
Investimento relacionado com funcionamento	1 006 755	12 480	-994 275	-0,988
Comunicação e Marketing	147 600	107 504	-40 097	-0,272
Serviços Alternativos	1 810 457	1 990 327	179 870	0,099
Libertação da Baixa de Coimbra	2 397 347	1 279 070	-1 118 277	-0,466
Empreitada de Construção PMO	8 421 754	5 152 980	-3 268 774	-0,388
Bilhética	172 302	465 777	293 475	1,703
Material Circulante	37 813 631	19 612 735	-18 200 896	-0,481
Assessorias e estudos	678 886	429 431	-249 455	-0,367
IRC	114 419	126 117	11 697	0,102
Total	56 222 453	30 692 706	-25 529 747	-0,4541

Considerando a análise na perspetiva orçamental, a execução estimada face ao orçamento de 2024 é de 56.6%.

Finalmente, e tendo presente que até 2024 a trajetória de eficiência foi ponderada com recurso ao indicador alternativo [IOEGG], apresenta-se no Quadro 6 a evolução do investimento (na perspetiva financeira) face aos custos do exercício.

Quadro 6 – Grau de execução do PAO 2024 no indicador alternativo

	2020	2021	2022	2023	2024	2024
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Execução
Pessoal	514 966	617 133	702 311	892 461	2 208 122	1 105 543
Fornecimento e Serviços Externos	169 739	141 958	192 006	229 406	1 188 610	340 529
Soma [1]	684 705	759 091	894 317	1 121 867	3 396 731	1 446 072
Variação percentual face ao ano anterior						
Δ Pessoal	18,7%	19,8%	13,8%	27,1%	96,5%	23,9%
Δ Fornecimento e Serviços Externos	13,8%	-16,4%	35,3%	19,5%	251,9%	48,4%
Investimento (económica 07) [2]	1 900 676	2 485 286	3 121 879	6 384 215	44 787 867	28 978 344
IOEGG [1]/[2]	36,0%	30,5%	28,6%	17,6%	7,6%	5,0%

De acordo com os valores apresentados no Quadro 7 é possível concluir um alinhamento com a trajetória esperada, ou seja, para 2024 um peso percentual de 4,8%, valor inferior ao peso verificado em 2023 (17,6%), apesar do gradual incremento de custos, refletindo um alinhamento da atividade da MM com a otimização de custos para o investimento executado.

3.3. Enquadramento no Programa de Governo

O PAO 2025-2027 da MM concorre positivamente para dois dos seis pilares estratégicos do Programa do XXIV Governo Constitucional, nomeadamente a promoção de (i) um País

mais verde e sustentável, que assume o compromisso de cumprir o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, que se identifica com a estratégia ambiental e climática da União Europeia, que promove a transição para uma economia circular e descarbonizada, que preserva os seus recursos naturais e que aposta decisivamente na mobilidade e na eficiência energética, e (ii) um País mais justo e solidário, que combate as desigualdades sociais e territoriais, que protege os mais vulneráveis, que garante a qualidade dos serviços públicos e que promove a coesão social e a participação cívica⁸. Constituindo uma prioridade, o conjunto de investimentos previstos no SMM responde a dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar, reforçar a capacidade de resposta dos serviços públicos e, em segundo lugar, melhorar as infraestruturas que contribuem para o aumento da competitividade da economia portuguesa. Acrescem, no caso em apreço, os projetados contributos do SMM para a promoção da transferência modal do transporte individual para o transporte coletivo e para a descarbonização da economia nacional, contributos determinantes para uma melhor estruturação do território e para o reforço da coesão social, assentes numa rede de transporte público de elevada qualidade, com uma oferta adequada e que permita uma acessibilidade alargada.

Com particular relevância para a estratégia corporizada nas opções seguidas no PAO 2025-2027 da MM, sublinham-se as orientações para a promoção do investimento centrado na melhoria da competitividade e da qualidade dos serviços públicos, bem como o compromisso do Governo em assegurar o investimento no sistema de mobilidade do Mondego (...) e no material circulante, objetivos e compromisso que a MM aceita e aos quais pretende dar estrito cumprimento.

⁸ Cf. Programa do XXIV Governo Constitucional (2024).

4. Atividades a desenvolver

O triénio 2025-2027 corresponde a um período em que a empresa irá modificar substancialmente a sua atividade, reorientando o seu foco atual, centrado na conclusão dos grandes investimentos atualmente em curso, para a atividade de operação do SMM. Trata-se de um processo particularmente exigente, na medida em que se deverá manter, até 2026, uma intensa atividade ligada ao acompanhamento das obras e dos fornecimentos, adicionando-se as tarefas de preparação e gestão da oferta de transporte público.

Destacam-se as atividades relacionadas com a execução do investimento e preparação da empresa para iniciar a operação do SMM a partir do final do segundo trimestre de 2025. Naturalmente, as atividades previstas para 2025 continuam a incluir a atividade corrente, a que crescem, com destaque pela sua importância e montantes envolvidos, a operação dos Serviços Alternativos, entre Serpins e Portagem, até à entrada em serviço da primeira fase do SMM, e o transbordo rodoviário entre Coimbra B e Coimbra (Estação Nova), a partir de janeiro de 2025, na sequência da desativação do serviço ferroviário entre as duas estações no âmbito da empreitada da construção do canal do metrobus.

No que concerne à evolução dos investimentos em infraestruturas para o SMM de responsabilidade direta da MM, o ano de 2025 irá conhecer a conclusão das empreitadas do Parque de Material e Oficinas [PMO], dos Postos de Transformação e Rede de Média Tensão. Adicionalmente, deverá também ocorrer a conclusão do processo de receção do material circulante e dos sistemas de carregamento, bem como a colocação em serviço do sistema de bilhética na sua configuração final (rede do SMM).

Em dezembro de 2024 ocorreu a receção provisória do troço Alto São João – Serpins e em 2025 prevê-se que estejam reunidas as condições para efetuar a transferência integral da gestão dos ativos que a IP tem vindo a construir para a MM, S.A., nos termos estabelecidos nas Bases de Concessão.

4.1. Atividades correntes

Em 2025, a MM dará continuidade a um conjunto relevante de atividades correntes. Integram-se neste âmbito as contratações de pessoal e os investimentos nas instalações e nas tecnologias de informação visando a disponibilização dos meios humanos e materiais indispensáveis à evolução da empresa, processo iniciado em 2020 que será reforçado no próximo triénio.

Considerando a importância atribuída às pessoas na MM, com o correspondente alinhamento organizacional e motivação individual, será dada continuidade à gestão dos recursos humanos, orientada para aumentar as competências internas, em particular através da formação dos colaboradores. Será também garantida a adequada importância às ações relacionadas com a promoção da igualdade de género, bem como a divulgação dos princípios e valores inscritos quer no Código de Ética e Conduta, quer no Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e Infrações Conexas.



4.2. Operação do SMM

Estando prevista a entrada em serviço do SMM⁹, a empresa está a desenvolver um extenso e exigente conjunto de processos visando a concretização deste, desde há muito, ambicionado objetivo.

⁹ Nos termos da alínea b) do número 1 das Bases da Concessão do Sistema de Metrobus do Mondego, anexas ao Decreto-Lei 21/2022, de 4 de fevereiro.

A colocação em serviço do sistema irá decorrer de modo faseado, em função da existência de condições para operar cada um dos troços, âmbito onde assume um carácter central a progressiva disponibilização das infraestruturas e equipamentos cujas empreitadas se encontram em fase de execução pela IP. Assim, de acordo com a atual programação dos trabalhos, está previsto o início da primeira fase, correspondente à operação comercial entre Serpins e a Portagem, no final do segundo trimestre de 2025. Seguir-se-á uma segunda fase, alargando o serviço comercial até Coimbra B e ao Hospital Pediátrico em 2026 podendo, eventualmente, ocorrer separação em duas subfases, caso a conclusão das empreitadas da Linha do Hospital e da Ligação Portagem – Coimbra B não ocorram em simultâneo.

No que concerne aos processos de contratação e formação do pessoal de operações, nomeadamente dos necessários Motoristas e Reguladores de Tráfego, estes encontram-se em curso, tal como se descreve no capítulo 6, mas irão conhecer um forte crescimento nos próximos anos, gerando um rápido crescimento do quadro de pessoal do Departamento de Operações e, conseqüentemente, da empresa.

Nos termos do quadro normativo em vigor, a entrada em serviço do SMM obriga à existência de um Contrato de Serviço Público, a outorgar entre a Autoridade de Transportes competente (Estado Português) e a empresa, no qual estejam identificadas as obrigações de serviço público e a forma como a MM será compensada pela oferta das mesmas. Dada a relevância deste assunto para a MM, o processo tendente à celebração deste contrato e a descrição geral do seu conteúdo são apresentados no capítulo 8.

Igualmente crítico para viabilizar a entrada em operação do sistema é a realização do extenso conjunto de procedimentos de contratação de fornecimentos e serviços necessários, podendo referir-se, a título de exemplo o fornecimento de energia, os serviços de conservação e manutenção das infraestruturas, a contratação das necessárias apólices de seguros, as telecomunicações necessárias à operação, a atividade da limpeza dos veículos, os serviços de fiscalização, vigilância e apoio aos passageiros ou as funções de recolha de valores e abastecimento de consumíveis da rede de vendas. A preparação destes procedimentos, que tem vindo a ser desenvolvida desde há algum tempo, envolve uma elevada carga de trabalho da empresa, registando-se atualmente processos em diferentes estádios de elaboração: desde a situação das telecomunicações, cujo contrato está em vigor, até à reparação de veículos, que se encontra ainda numa fase embrionária, passando por diversos serviços cuja peças necessárias ao lançamento dos procedimentos contratuais necessários se encontram concluídos (e. g. conservação e manutenção das infraestruturas).

Também a disponibilidade dos sistemas técnicos necessários à gestão das operações é condição *sine qua non* para a entrada em serviço do SMM, assumindo aqui particular destaque, pela sua criticidade, o Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público [SAEIP] e o *software* de apoio ao planeamento, que auxilia o pessoal técnico afeto à operação no dimensionamento de recursos (pessoal e viaturas) para a produção de transporte. No primeiro caso, estima-se que no segundo trimestre de 2025 se encontre disponível uma versão do SAEIP que permita a realização dos testes operacionais necessários à validação das soluções implementadas e da sua compatibilidade com o plano de operação preliminar, bem como a formação do pessoal tripulante e do posto de comando, processo com elevados níveis de exigência e dedicação. Quanto ao *software* de apoio à afetação de recursos (incluindo afetação de veículos, escalamento de tripulação, gestão de rede e gestão de horários), este deverá ser igualmente fornecido no primeiro trimestre do ano, iniciando-se então o seu desenvolvimento e a sua parametrização, realizando testes que permitirão a avaliação do seu desempenho através de ensaios em ambiente real.

Com vista à validação dos sistemas técnicos, que permitem a gestão técnica e operacional do SMM, e integram entre outros o referido SAEIP, os sistemas semafóricos, de comunicações, videovigilância e de supervisão técnica, e de modo a permitir a adequada formação do pessoal tripulante, minimizando os riscos inerentes ao início da operação comercial, nomeadamente no que tem a ver com os testes em ambiente real dos veículos, da infraestrutura e da integração das diversas componentes, bem como do comportamento dos passageiros, está previsto efetuar faseadamente por troços, a partir do primeiro trimestre de 2025, uma operação experimental e de testes, colocando alguns veículos a percorrer o canal, com frequência e velocidade comercial inferiores à esperada aquando do serviço comercial. Complementarmente às vantagens já anteriormente referidas, considera-se que a operação experimental poderá também contribuir para aumentar a atratividade do SMM, permitindo à população mais interessada ter uma experiência positiva sobre o funcionamento do sistema.

Por último, mas tendo presente que é uma das atividades mais relevantes a realizar neste ano, será necessário obter as autorizações necessárias para a entrada em serviço do SMM, nomeadamente da competência do IMT, sendo para tal necessário garantir a existência de condições de segurança de passageiros, de pessoal próprio ou alheio, do público em geral, do material circulante, das infraestruturas e dos meios de operação e manutenção, estando com essa finalidade a decorrer:

- uma prestação de serviços do LNEC para obtenção de um parecer sobre as condições de segurança nos túneis existentes no troço suburbano;
- auditorias de segurança rodoviária, contratadas pela IP, para a validação da existência de condições de segurança na globalidade do empreendimento, realizada nos termos do Decreto-lei n.º 122/2014, de 11 de agosto, na sua redação atual;
- Preparação e compilação de um dossier de segurança, contendo nomeadamente a análise e o registo de perigos e respetivas medidas de mitigação.

Os estudos e dossiers referidos irão integrar o designado “Sistema Integrado de Segurança” do SMM.



4.3. Material Circulante e Sistemas de Carregamento

No quadro do “*Contrato de Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção*”, outorgado em 2022, ocorreu ainda em 2024, a receção (provisória) de 26 veículos e dos equipamentos de carregamento (sejam os de parque, para instalação no PMO, sejam os de oportunidade, de

elevada potência, para instalação nos terminais dos serviços¹⁰), devendo concretizar-se apenas em 2025 as restantes componentes. Em 2025 deverão ser instalados os carregadores de oportunidade previstos para o terminal de Coimbra B, bem como o respetivo Posto de Transformação.

A realização de testes de operação dos veículos e a formação do pessoal tripulante sobre o funcionamento dos mesmos irá decorrer de forma intensa no segundo trimestre de 2025, de modo a permitir a entrada em operação da 1ª fase no final do trimestre seguinte.

Também o contrato de manutenção das viaturas começará a ter expressão sensível em 2025, com a entrada em operação dos veículos, seja esta experimental ou comercial.



4.4. Construção do PMO

A construção do PMO envolve a execução de duas empreitadas: a empreitada base cuja consignação ocorreu em fevereiro de 2023 e a empreitada complementar, consignada em junho de 2024. Envolve também a articulação com outras duas empreitadas, a dos carregadores dos veículos e a dos sistemas técnicos, que irão instalar equipamentos nas áreas exteriores e nos edifícios do PMO.

¹⁰ Correspondentes às estações de Serpins, Lousã, Corvo, Alto de São João, Hospital Pediátrico e Coimbra B.

Embora a programação dos trabalhos considere a possibilidade do estacionamento dos veículos a partir de fevereiro de 2025 e a instalação do Posto Central de Comando [PCC] do SAEIP no segundo trimestre deste ano, a conclusão dos trabalhos apenas deverá ocorrer em junho de 2025, com exceção de alguns trabalhos complementares.

Assim, será necessário um cuidado acompanhamento da gestão destas empreitadas, com particular enfoque na sua articulação e, posteriormente, nos processos de receção provisória das mesmas, processos que se espera serem exigentes atendendo à dimensão das mesmas e à expressiva quantidade de adicionais ao contrato que se revelou necessário celebrar, nomeadamente os que decorreram da composição química dos solos e do comportamento mecânico dos mesmos nas escavações realizadas na parte norte do terreno.



4.5. Colocação em Serviço do Sistema de Bilhética

A decisão de realizar uma fase experimental do sistema de bilhética em 2024, aplicada aos Serviços Rodoviários Alternativos, permitiu ensaiar em regime produtivo diversas tipologias de equipamentos (equipamentos de fiscalização, máquinas de venda automática, bilheteiras e sistema central), evitando a colocação em serviço da globalidade do sistema simultaneamente com a entrada em operação do SMM, reduzindo, desta forma, quer o esforço associado ao início do serviço comercial, quer os riscos de funcionamento com

deficiências associadas ao “período de infância” destes equipamentos. Complementarmente, a fase experimental permite igualmente melhorar o serviço prestado aos clientes.

Com a disponibilização, no final de 2024 e em 2025, da infraestrutura do canal, a gestão do contrato de fornecimento e manutenção do sistema de bilhética¹¹ irá envolver a instalação progressiva dos equipamentos a colocar nas estações (máquinas de venda automática e validadores), bem como a sua colocação em serviço, sempre que possível de modo sincronizado com a entrada em operação das diversas fases do SMM.

Paralelamente, na sequência da constituição da Agência para a Gestão do Tarifário Intermodal para a região de Coimbra [AGIT], a MM irá igualmente prestar apoio ao conjunto de atividades que é necessário desenvolver para garantir a disponibilização de um tarifário intermodal (e. g. definição dos valores e das regras tarifárias, articulação das redes de vendas, implementação do sistema de repartição de receitas) em momento anterior à entrada em serviço do SMM. Sublinha-se que a oferta de um tarifário intermodal, válido em todos os operadores de transporte coletivo da região, é não só um salto qualitativo notável no que concerne à atratividade do transporte público, mas constitui-se também como condição essencial para permitir uma reformulação da rede de transporte dos operadores rodoviários existentes, evitando a ineficiência que poderá resultar de redundâncias que se revelem desnecessárias.



¹¹ Este contrato foi desenvolvido em parceria entre a CMC e a MM, nos termos do protocolo celebrado entre estas entidades, assumindo a MM a totalidade dos encargos financeiros não financiados por fundos comunitários e com o apoio técnico.

4.6. Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra

Na sequência da aprovação, em 2019, pela Secretaria de Estado das Infraestruturas e pela Secretaria de Estado do Tesouro, da “*Metodologia para a execução das obras de Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra*”, encontra-se em execução, desde 2020, a respetiva empreitada, que tem conhecido um conjunto de atrasos muito relevantes, mas que estará concluída no primeiro semestre de 2025. Assim, também de acordo com o documento metodológico citado, a MM irá proceder à alienação do conjunto de ativos imobiliários detidos nesta área, no qual se integram quer as parcelas sobrantes dos processos de expropriação, quer as frações dos edifícios atualmente em construção.

No que concerne à venda das parcelas sobrantes, o processo teve início em 2021, permanecendo propriedade da MM apenas uma das unidades (parcela U5), estimando-se efetuar a sua alienação em 2025. Relativamente às frações dos edifícios em construção, o processo de alienação teve início em 2024 prosseguindo para 2025, por forma a contribuir para suprir as exigentes necessidades de tesouraria do exercício em curso, havendo a expectativa concluir a venda das frações em 2025.

Com vista à promoção comercial destes ativos, entretanto valorizados em resultado da abertura ao tráfego da Via Central e da construção da Praça da Estação Câmara¹², e à gestão dos procedimentos administrativos associados à respetiva venda, está a ser equacionada a possibilidade de ser lançada uma consulta prévia para a contratação de prestação de serviços de mediação imobiliária, endereçada a empresas com atividade relevante nesta região.

Para a conclusão deste processo encontra-se em desenvolvimento um extenso conjunto de procedimentos administrativos associados à obtenção de autorizações, registos e licenças de utilização, que estão de ser desenvolvidos pela MM.

¹² A praça que existirá no lado sul da Estação “Câmara” do SMM resulta de um protocolo assinado entre o Município de Coimbra e a Metro Mondego em 11.05.2022, que permitiu a demolição do corpo tardoz da denominada “Casa Aninhas”, propriedade municipal, permitindo assim a qualificação deste espaço e garantindo uma adequada acessibilidade ao SMM e à baixa da cidade.

4.7. Estudos, Projetos e Fornecimentos

Nos próximos anos, a MM continuará a desenvolver atividades necessárias para a plena concretização do projeto do SMM, incluindo a colaboração com a IP nos aspetos relativos à conclusão da construção das infraestruturas, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado entre a MM e esta entidade.

Assumem, neste âmbito, particular relevância e envolvimento da MM em 2025:

- o acompanhamento da conclusão dos projetos e das empreitadas de construção de infraestruturas base (Alto S. João -Portagem; Portagem - Coimbra B e Renovação da Estação; Linha do Hospital) e conclusão do fornecimento dos abrigos e mobiliário urbano das estações;
- a gestão do contrato de conceção, construção e manutenção dos Sistemas Técnicos, englobando o PCC, o SAEIP, a sinalização e semaforização, bem como os sistemas complementares de comunicações, de informação ao passageiro e de videovigilância.

Para além do apoio continuamente prestado na gestão deste último contrato, importará referir que, para a sua execução, foi constituído um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, integrando a IP e a MM, sendo a IP diretamente responsável pela componente de investimento e a MM pela componente relativa à manutenção.

No âmbito do Plano de Reforço da Estrutura Arbórea, concebido em 2022 para a cidade de Coimbra¹³, serão projetadas e executadas no período 2025-2027 diversas ações que permitam continuar a contribuir para atingir a meta estabelecida de “plantar 3 árvores por cada uma retirada no âmbito das empreitadas da infraestrutura do Metrobus”. Estas ações corresponderão a um complemento das intervenções já anteriormente efetuadas nas zonas da Solum, da Via Ferrer Correia e do Vale das Flores.

Em articulação com a entrada em operação experimental e de testes do SMM deverão ser lançados procedimentos de contratação de algumas componentes de menor dimensão financeira, mas relevantes para a qualidade do sistema, contando-se entre estas a colocação do bordo fusível nos cais das estações e a instalação de sistemas de contagem automática de passageiros.

¹³ Este plano tem como objetivos melhorar a integração do canal do Metrobus na paisagem urbana, preservar a biodiversidade, reforçar a estrutura ecológica urbana e fomentar laços de afinidade entre as populações, o sistema Metrobus e os novos espaços.

Também o regresso a padrões de menor intensidade do esforço técnico da empresa, que irá ocorrer com a conclusão das principais empreitadas e projetos em curso, permitirá à MM colaborar mais intensamente, a partir de final de 2025, em processos que deverão influenciar o desempenho do sistema, reforçando igualmente a colaboração com a CIM RC no domínio dos estudos relativos a potenciais expansões do SMM.

4.8. Serviços Rodoviários Alternativos

Em 2025, a MM dará continuidade à operação dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã em duas ligações:

- i) **entre Serpins e a Portagem**, serviço que vem sendo prestado às populações desde o momento em que o serviço ferroviário deixou de operar, estimando-se que a conclusão desta componente aconteça no final do segundo trimestre, data estimada para a entrada em serviço do serviço Metrobus entre os referidos locais, e
- ii) **entre as estações de Coimbra B e Coimbra (Estação Nova)**, como resultado da interrupção definitiva do serviço da CP neste troço, que ocorreu em janeiro e que se prolongará até ao momento em que entre em operação o SMM entre as duas estações.

Recorde-se que a MM assegura, desde 2021, as responsabilidades inerentes à preparação e gestão dos contratos para a prestação dos Serviços Alternativos. Desta forma, a MM é gestora do contrato nas suas principais valências (exploração, conservação e limpeza da infraestrutura de apoio, serviços de apoio ao cliente, gestão do sistema de bilhética, venda de títulos de transporte¹⁴), tendo-se iniciado em 2024 uma colaboração com os Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC] para a venda de títulos de transporte na sua loja da Portagem, regulado por um Protocolo celebrado entre as duas empresas.

O planeamento dos Serviços Alternativos continuará a considerar os efeitos dos descontos decorrentes da aplicação do Programa Incentiva +TP e da oferta dos títulos gratuitos determinados pela Portaria nº 7-A/2024, de 5 de janeiro, estimando-se o pagamento, por parte da CIM RC, da compensação das reduções tarifárias (relativas ao Programa Incentiva +TP) e a obtenção, por parte do Governo, das compensações decorrentes da oferta de

¹⁴ A venda de títulos de transporte e a gestão do sistema de bilhética encontram-se sob gestão da MM desde 1 de junho de 2024, com recurso à utilização parcial dos equipamentos de bilhética adquiridos para o SMM no âmbito do Concurso Público lançado pela Câmara Municipal de Coimbra no quadro do protocolo celebrado entre este Município e a MM.

assinaturas gratuitas. Adicionalmente, deverão também ser prosseguidos os acordos que permitem a compensação da empresa dos descontos concedidos por outras entidades (e.g., magistrados, forças de segurança).



4.9. Comunicação e *Marketing*

A comunicação do SMM tem um papel com importância crescente à medida que se aproxima o momento de entrada em operação do sistema. Em 2025, ano em que a operação comercial arranca, mas no qual as obras dos troços Portagem – Coimbra B e da Linha do Hospital ainda causarão grandes transtornos à circulação na cidade de Coimbra, é particularmente importante reforçar as atividades de comunicação e *marketing*.

A MM tem em vigor um Plano de Comunicação elaborado pelo Departamento de Comunicação e *Marketing* que consubstancia ações e medidas de promoção e divulgação do SMM, prossequindo quatro objetivos nucleares:

- Credibilizar e promover o SMM, valorizando o projeto e as suas intervenções, minimizando a resistência à mudança;
- Gerir o impacto das obras do SMM em meio urbano, com partilha de informação com transparência e rapidez, dando em simultâneo um sinal de esperança e promovendo um designio;

- Projetar e sustentar a imagem institucional da MM, reforçando a sua credibilidade junto da opinião pública, em particular dos três concelhos envolvidos;
- Promover o transporte público e a mobilidade sustentável, em articulação com os parceiros locais.

De assinalar que a maior parte das ações previstas, incluindo uma campanha de lançamento da operação que promova o sistema e conquiste utilizadores, se realizarão no quadro do plano de comunicação aprovado pelo Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade (no âmbito do projeto “Aquisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias, e construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)”. Este plano visa garantir a publicitação e divulgação dos apoios do fundo europeu que financia o projeto, tendo o SMM sido considerado um projeto de importância estratégica, o que aumenta a responsabilidade no que diz respeito à comunicação dos apoios de que beneficia.

É relevante destacar que o projeto do SMM engloba várias dimensões, sendo que a componente da construção da infraestrutura é essencialmente da responsabilidade da IP. Neste sentido, algumas atividades do plano de comunicação serão desenvolvidas em articulação com esta entidade, garantindo coerência na comunicação.

Refira-se ainda que a implementação destas ações será feita de acordo com o desenvolvimento do projeto, nomeadamente tendo em conta os seus ritmos, de modo a garantir a pertinência e oportunidade das ações previstas.



4.10. Transferência da Gestão dos Ativos

De acordo com as Bases da Concessão da MM, a IP ficou responsável pelo “desenvolvimento dos procedimentos necessários à realização de projetos técnicos e assessoria à gestão e coordenação, de expropriações, de empreitadas (infraestrutura base do troço entre Coimbra B e Serpins, sistemas de telemática e de apoio à exploração e de paragens, sinalética e mobiliário urbano), de fiscalização destas empreitadas e ainda da candidatura a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento”. Ainda o mesmo diploma atribui à MM a responsabilidade de “supervisionar o SMM e assegurar a sua exploração comercial”. Assim, está previsto que a IP mantenha a gestão dos ativos sob sua gestão “até à receção provisória de cada troço das empreitadas de construção da infraestrutura base (...), momento a partir do qual a MM assume tais poderes”.

Considerando que a IP realizou, em dezembro de 2024, a receção provisória dos ativos correspondentes às infraestruturas de via e estações do SMM integradas no troço urbano Alto de S João-Portagem, a MM está obrigada a reunir as condições necessárias para permitir a transferência destes ativos e para realizar a sua manutenção e gestão com níveis de segurança adequados, bem como as atividades de operação, fiscalização e assistência. Posteriormente, mas integralmente contidas no horizonte deste Plano, seguir-se-ão as receções das restantes infraestruturas de longa duração que integram o SMM



(nomeadamente as correspondentes à ligação entre a Portagem e Coimbra B (incluindo o terminal de Coimbra B) e o troço da Linha do Hospital que liga a Avenida Aeminium ao Hospital Pediátrico da Universidade de Coimbra.

5. Plano de Investimentos

O Quadro 7 sintetiza o investimento realizado nos exercícios desde 2022, apresenta a execução para o exercício de 2024 bem como o orçamento plurianual de 2025 a 2027. Para um maior detalhe do orçamento 2025 a 2027 sugere-se a articulação desta informação com a disponibilizada no Quadro 25.

Quadro 7 – Evolução do investimento, na perspetiva orçamental

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento							
Investimento relacionado com funcionamento	93 464	20 759	1 006 755	12 480	1 041 961	0	0
Investimento para operação	0	0	0		0	246 000	246 000
Comunicação e Marketing	8 327	123	147 600	107 504	147 600	0	0
Serviços Alternativos	1 713 614	1 759 329	1 810 457	1 990 327	1 564 386	0	0
Libertação da Baixa	896 138	1 227 845	2 397 347	1 279 070	1 373 435	0	0
Parque de Material e Oficinas	379 870	2 011 740	8 421 754	5 152 980	9 287 760	2 674 150	0
Bilhética	0	533 590	172 302	465 777	243 913	0	0
Material Circulante	364 965	959 588	37 813 631	19 612 735	18 475 564	4 366 500	0
Estudos e Assessorias	117 488	215 150	678 886	429 431	1 741 051	233 700	184 500
Impostos s/ Parcelas Vendidas	5 784	122 745	114 419	126 117	20 776	177 113	15 000
Total	3 579 649	6 850 869	52 563 152	29 176 420	33 896 446	7 697 463	445 500

O Quadro 7 identifica, na perspetiva orçamental, as principais componentes do investimento¹⁵ (não incluindo as despesas correntes, i.e., fornecimento e serviços externos e de pessoal), que se assumem serem necessárias para a concretização do SMM. Da leitura dos dados ali apresentados resulta claro que o grande esforço de investimento está repartido

¹⁵ O plano de investimento plurianual previsto, resulta de:

Portaria de Extensão de Encargos n.º 250/2021, de 29 de junho, para a “Manutenção do contrato de conceção, fornecimento, instalação e manutenção dos sistemas técnicos do Sistema de Mobilidade do Mondego” pelo valor de 3.293.055 € (acresce IVA) e duração até 2028;

Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2023, de 3 de maio, relativa à operacionalização do Sistema de Mobilidade do Mondego, pelo valor de 61.510.000 € (acresce IVA), correspondente à aquisição e manutenção do material circulante e construção do Parque de Material e Oficinas/Estação de Recolha (PMO) e duração até 2039;

Portaria de Extensão de Encargos n.º 497/2023, de 21 de setembro, para a prestação dos Serviços Alternativos pelo valor de 2.743.709 € (acresce IVA) e duração até 2025;

Portaria n.º 3/2024, de 9 de janeiro, relativa ao fornecimento e manutenção do sistema de bilhética do SMM, pelo valor de 3.598.140,99 € (acresce IVA), correspondendo 2.254.249,20 € ao fornecimento de equipamento de bilhética e 1.343.891,79 € à manutenção do sistema de bilhética com execução até 2029;

Portaria n.º 107/2024, de 16 de janeiro, relativa à reprogramação de encargos plurianuais para a desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra, contemplando o valor de 4.820.310,45 € (acresce IVA) e execução até 2024;

Portaria n.º 108/2024, de 16 de janeiro, relativa à reprogramação de encargos plurianuais para a fiscalização da execução da empreitada de “desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra, pelo valor de 224.227,70 € (acresce IVA) e execução até 2024;

Portaria n.º 109/2024, de 16 de janeiro, para a aquisição de serviços de comunicações móveis, voz e bens associados para o SMM pelo valor de 733.488,00 € (acresce IVA) e execução até 2027;

Portaria n.º 641/2024/2, de 22 de agosto, relativa à recolha de valores e abastecimento de trocos em equipamentos de bilhética no SMM, pelo montante de 471.582,47 € (acresce IVA) e execução até 2027;

Portaria n.º 682/2024/2, de 5 de setembro, relativa à fiscalização de títulos de transporte, vigilância e segurança dos passageiros e do PMO do SMM, pelo montante de 1.580.176,89 € e execução até 2027;

Portaria n.º 683/2024/2, de 5 de setembro, relativa ao fornecimento de software/sistema integrado de apoio à decisão para o planeamento e gestão de operação, pelo montante de 282.500,00 € (acresce IVA) e execução até 2026.

entre 2024 e 2025, com uma de execução 29,2 milhões de euros em 2024 e uma previsão de execução de 33,8 milhões de euros em 2025, reduzindo-se progressivamente o esforço de investimento nos anos seguintes.

O que se identifica no quadro em análise como “*Investimento relacionado com funcionamento*” refere-se a equipamentos (*hardware/software*) e mobiliário para remodelação ou instalação de novos postos de trabalho, reforço de rede e sistemas informáticos e *software* dedicado para a monitorização, análise de desempenho, manutenção das infraestruturas e cibersegurança.

O valor apresentado como “*Investimento para a operação*”, a executar nos exercícios de 2026 e seguintes, corresponde “*à realização de investimentos para acréscimo dos níveis de serviço, considerando o incremento da eficiência da operação, que poderão resultar de acontecimentos não previstos ou insuficientemente estimados*”, nos termos do Anexo VII da proposta de Contrato de Serviço Público apresentada ao Governo (cf. capítulo 8). O valor referido corresponde a uma estimativa de 200 000 € por ano (a que acresce IVA, na ótica orçamental), que pretende suprir pequenas intervenções que não tenham sido previstas, no quadro das empreitadas de infraestruturas e fornecimentos atualmente em curso. Importa ter presente que se trata de um valor residual, cerca de 1 por mil, face ao valor do investimento global necessário para colocar o SMM em serviço, mesmo considerando apenas as imobilizações efetuadas após 2019.

No que concerne à comunicação, serão efetuados investimentos no ano de 2025 decorrentes da necessidade de informar a população sobre as intervenções em curso e também de divulgação das características e promoção do sistema. Estes investimentos enquadram-se no plano de comunicação do projeto aprovado pelo Sustentável 2030.

Os serviços alternativos, que correspondem a uma responsabilidade da empresa associada às interrupções do serviço ferroviário (cf. ponto 4.8), irão continuar a operar nos primeiros meses de 2025, no troço Serpins – Portagem, a que se junta um segundo lote, decorrente da interrupção da ligação ferroviária entre Coimbra B e Coimbra (Estação Nova), a partir de janeiro de 2025, cuja duração se deverá estender até ao início da operação do SMM neste troço.

O montante orçamentado na rubrica “Libertação da Baixa” corresponde a um valor pouco expressivo, respeitante aos encargos com estudos, certificações e mediação imobiliária.

Quanto ao PMO, o montante de investimento previsto corresponde, no essencial, à conclusão das empreitadas atualmente em curso (Empreitada Base e Empreitada

Complementar), as quais, por vicissitudes várias, não foi possível concluir no exercício de 2024.

Quanto aos investimentos nos sistemas de bilhética, o valor considerado corresponde aos encargos com a instalação dos equipamentos (basicamente máquinas de venda automática e validadores) nas estações situadas entre a Portagem e Coimbra B e entre a Avenida Aeminium e o Hospital Pediátrico, em resultado destas não se encontrarem ainda executadas.

O investimento correspondente ao material circulante, orçamentado para 2025 e 2026, integra duas componentes: a conclusão do fornecimento dos 35 veículos e respetivos sistemas de carregamento, que se encontra em curso, a que acresce a possibilidade de exercício de opção pela MM de cinco veículos adicionais, ainda no quadro do contrato em vigor. A primeira destas componentes corresponde a 12,0 M€, a executar integralmente em 2025, e segunda componente ascende a 4,37 M€, a executar em 2026.

O valor orçamentado para Estudos e Assessorias respeita essencialmente a contratações externas para apoio nos domínios dos sistemas técnicos, dos veículos, da bilhética e do projeto do edificado e de infraestruturas.

Apresenta-se no Quadro 8 a desagregação por fontes de financiamento da despesa plurianual.

Quadro 8 – Orçamento de despesa por fontes de financiamento, na perspetiva orçamental

Despesa por Fonte Financiamento (FF)	2024 - estimativa			total	2025			total	2026			total	2027			total	
	319	513	482		319	513	482		317	319	513		482	317	319		513
Estrutura																	
Fornecimentos e Serviços Externos	355 273	59 306	0	414 579	5 355 975	0	0	5 355 975	3 200 129	0	5 166 251	0	8 366 380	1 426 683	0	7 360 872	8 787 555
Pessoal	1 101 706	0	0	1 101 706	1 288 327	1 604 898	0	2 893 225	5 046 926	0	0	0	5 046 926	5 597 362	0	0	5 597 362
Investimento																	
Investimento relacionado com funcionamento	12 480			12 480	0	1 041 961	0	1 041 961	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento para operação	0			0	0	0	0	0	0	246 000	0	0	246 000	0	0	246 000	246 000
Comunicação e Marketing	46 004	61 500		107 504	0	45 600	102 000	147 600	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços Alternativos	1 852 146	138 181		1 990 327	0	1 564 386	0	1 564 386	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Libertação da Baixa	912 356	366 714		1 279 070	0	1 373 435	0	1 373 435	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parque de Material e Oficinas	1 199 824	3 636 685	316 471	5 152 980	0	1 553 010	7 734 750	9 287 760	0	459 773	0	2 214 377	2 674 150	0	0	0	0
Bilhética	465 563	214	0	465 777	0	243 913	0	243 913	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Material Circulante	2 786 803	2 317 593	14 528 539	19 612 735	0	11 366 779	7 108 785	18 475 564	0	1 286 875	816 500	2 263 125	4 366 500	0	0	0	0
Estudos e Assessorias	62 054	367 377	0	429 431	0	1 741 051	0	1 741 051	0	233 700	0	0	233 700	0	165 000	19 500	184 500
Impostos s/ Paroias Vendidas	0	126 117	0	126 117	0	20 776	0	20 776	0	159 414	17 699	0	177 113	0	0	15 000	15 000
Total	8 774 008	7 073 687	14 845 009	30 892 706	6 844 302	20 555 808	14 845 535	42 146 646	8 247 055	2 138 782	8 246 451	4 477 502	21 110 788	7 024 045	165 000	7 841 372	14 830 417

Da análise do Quadro 8 resulta que, em termos de fontes de financiamento do investimento, o ano de 2025 terá uma estrutura muito semelhante à do ano 2024, assumindo as Receitas Próprias (513) a parcela maioritária (51,6%), seguindo-se as Transferências da Administração Central (319), que representarão 39,1%, e a rubrica “Outras – União Europeia” (482) com uma dimensão já relativamente pouco expressiva (9,3%).

A origem das Receitas Próprias corresponderá à venda dos ativos imobiliários que ficarão disponíveis (resultantes da intervenção em curso na Baixa de Coimbra), às receitas tarifárias

(de operação dos Serviços Alternativos e da operação do SMM), às receitas de IVA e às transferências relativas ao Programa Incentiva +TP e à Portaria 7-A/2024 (passe gratuito para jovens). Nas transferências da Administração Central identifica-se como principal fonte a dotação do Orçamento de Estado, onde se incluem, naturalmente, as compensações por OSP.

A fonte de financiamento designada por Outras – União Europeia está associada ao cofinanciamento do projeto “*Aquisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias e construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)*” aprovado pelo Sustentável 2030 - Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade, cuja taxa de comparticipação máxima é de 85% sobre o investimento elegível.

Quadro 9 – Origem de fundos, na perspetiva orçamental

Origem de Fundos	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	287 456	362 845	7 871 535	613 966	9 190 608	2 415 325	1 361 119
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	166 595	13 710	153 700	268 535	254 400	0	0
Receitas Tarifárias	713 161	944 827	763 200	653 260	815 866	3 947 976	6 280 252
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	493 300	339 825	1 890 150	80 000	4 154 092	0	0
Subvenção Orçamento de Estado	5 314 648	3 514 646	4 993 789	4 993 789	6 644 302	2 139 761	165 000
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	8 247 055	7 024 045
Fundos Comunitários	0	0	36 879 415	14 845 009	14 945 535	4 477 502	0
Transferência de Capital - Ad. Central - SFA (IMT)	0	0	0	3 540 588	3 437 652	0	0
Transferência de Capital - Reforço					2 703 190		
Saldo de Gerência	0	2 774 177	3 670 664	4 914 513	0	0	0
Outros	2 609	24 913	0	0	0	0	0
Total	6 977 769	7 974 942	56 222 453	29 909 661	42 145 646	21 227 619	14 830 417



6. Recursos Humanos

Do ponto de vista dos Recursos Humanos (RH), o ano de 2025 será também um ano de profundas alterações estruturais na MM, consequência do reforço muito relevante do número de trabalhadores, com destaque para a área operacional, em consonância com o projetado início da operação. Esta evolução implica um cuidado especial na atração e retenção de talento, aspeto essencial ao bom desempenho da empresa no cumprimento das orientações estratégicas definidas.

O crescimento do número de trabalhadores, a par da necessidade do reforço da equipa técnica, de menor dimensão, mas altamente especializada, exige uma abordagem de gestão de recursos humanos (RH) focada e capacitada. A estratégia de RH da MM tem como princípios orientadores a atração e retenção de pessoas. Importa destacar que os fundamentos, e respetiva racionalidade custo-benefício do plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores, resultam diretamente do modelo que decorre das bases de concessão da MM, em que se estabelece que “[o] Estado atribui à Metro-Mondego, S.A., em exclusivo, a concessão em regime de serviço público (...) [d]a exploração do sistema Metrobus”, (...) cabendo-lhe a responsabilidade de proceder diretamente à sua operação, nos termos previstos no contrato de serviço público. Enquanto entidade operadora do SMM, e para dar cumprimento ao modelo inscrito nas bases de concessão, revela-se imprescindível a contratação de novos trabalhadores num número mínimo suficiente para assegurar o cumprimento das suas atribuições com a necessária eficiência na utilização dos meios em termos de gestão estratégica e operacional. Está em causa dotar a empresa, que em 2025 entra no seu primeiro ano de operação, da dimensão indispensável para assegurar o correspondente acréscimo de trabalho, bem como gerir um amplo conjunto de empreitadas e prestações de serviços (subcontratos) essenciais à operação (e.g., manutenção das infraestruturas de base, dos sistemas técnicos, do sistema de bilhética, serviços de limpeza de instalações e veículos, recolha de valores e abastecimento de trocos em equipamentos de bilhética, fiscalização de títulos de transporte, vigilância e segurança dos passageiros e do PMO).

Na atual fase de crescimento da empresa, a implementação de medidas de acolhimento e integração (e.g., *onboarding* estruturado e adaptado às necessidades dos novos trabalhadores), são determinantes para o sucesso de cada nova admissão. Igualmente no âmbito da integração, em 2025 será reforçada a promoção de iniciativas internas que incentivem a partilha de projetos em desenvolvimento e das principais responsabilidades de

cada área, fomentando a colaboração, o alinhamento organizacional e a valorização do trabalho de todas as equipas.

No âmbito dos princípios definidos, destacam-se as iniciativas relacionadas com o plano de formação e o plano de carreiras, fundamentais para o desenvolvimento e valorização dos trabalhadores da MM. A política de formação é encarada pela empresa como um investimento estratégico no crescimento das pessoas, tanto a nível profissional como pessoal. Mais do que um mero cumprimento do requisito legal previsto no Código do Trabalho, a formação é uma alavanca para a progressão na carreira, capacitando as equipas para enfrentar os desafios presentes e futuros com confiança e competência.

Relativamente ao plano de carreiras, 2025 marca o início de um novo ciclo com a entrada em vigor do Acordo de Empresa, assinado em outubro de 2024 com o STRUP - Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal. Este acordo reflete a preocupação da MM com o bem-estar e a valorização dos seus trabalhadores, prevendo a implementação de um processo contínuo de avaliação de desempenho. Esta avaliação permitirá identificar e mensurar o contributo de cada trabalhador e das equipas, assegurando o alinhamento do desempenho com os objetivos estratégicos da empresa e criando oportunidades de evolução na carreira.

Por fim, a MM mantém o compromisso com a construção e o fortalecimento da sua cultura organizacional, promovendo o alinhamento entre valores profissionais e pessoais. O objetivo é fomentar um forte sentido de pertença, aumentar a motivação e a identificação dos trabalhadores com o projeto do SMM, garantindo simultaneamente a adoção de medidas que favoreçam a conciliação entre a vida profissional e pessoal.

A evolução plurianual da estrutura de RH da MM é a que se reproduz no Quadro 10.

Quadro 10 – Quadro de pessoal

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ⁽¹⁾	2025	2026	2027	Σ
	Val. Acumulados	Variações anuais (Δ)								
Conselho de Administração	3									3
Departamento Administrativo e Financeiro	1	1		1	-1	1	1			4
Departamento de Apoio Administrativo	1									1
Departamento de Auditoria e Controlo de Gestão					1		2			3
Departamento de Operações					1	4	79	25		109
Departamento de Recursos Humanos			1				2			3
Departamento de Tecnologias e Inovação	0					1	1			2
Departamento Jurídico		1		1		-1	0			1
Departamento Técnico	4		3			-2	2			7
Departamento de Comunicação e Marketing	3				1		1			5
Variação (Δ)		2	4	2	2	3	88	25		138
Total Quadro Pessoal (Val. Acumulados Σ)	12	14	18	20	22	25	113	138	138	-

⁽¹⁾ Um recurso encontra-se em licença sem vencimento.

Em conformidade com o faseamento para a entrada em serviço da rede do SMM (Fase A Serpins-Portagem, no final do segundo trimestre de 2025, e com a rede completa apenas em 2026), prevê-se este ano a admissão de 88 novos colaboradores, entre os quais 79 para integrar a Direção de Operações (6 técnicos superiores, 12 Reguladores e 61 Motoristas). Em 2026, com a entrada em serviço da Linha do Hospital e da ligação Portagem – Coimbra B, fica completa a entrada em operação do SMM, pelo que o quadro de pessoal da empresa ficará consolidado com a entrada de 25 motoristas em 2026, não estando previstas entradas líquidas de colaboradores para a partir de 2027.

O Quadro 11 apresenta a evolução dos Recursos Humanos, desagregados por categoria, em 2025.

Quadro 11 – Evolução dos Recursos Humanos em 2025

Grupo Profissional	31/12/2023		31/12/2024		Movimentos de Pessoal 2025				Situação a 31/12/2025
	Efetiva	Execução	Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade, cedência, licença	Autorizações de recrutamento concedidas em anos anteriores	Substituições de saídas (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo de normativo legal	Autorizações de recrutamento solicitadas	Orçamento
		[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [1+3+4+5+6]-[2]
Órgãos Sociais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração	3	3	0	0	0	0	0	0	3
Dirigente intermédio 1º Grau	3	3	0	0	4	0	0	0	7
Dirigente intermédio 2º Grau	0	0	0	0	8	0	0	0	8
Técnicos Superiores	16	15	0	0	3	0	0	0	18
Regulador	0	2	0	0	12	0	0	0	14
Motoristas	0	2	0	0	61	0	0	0	63
Total	22	25	0	0	88	0	0	0	113
RH aprovado submetido em SOE	42	88							138
Despacho n.º 181/2023_SET	12	-							
Despacho n.º 47/2024_SET	-	59							
Aprovação Despacho SET	-	-							-
Variação [autorizado-admiido]	4	3							109

De referir que no Anexo D – Demonstrações Financeiras UTAM consta um quadro adicional relacionado com os RH.

De modo transversal, estão previstas, nos encargos associados com os RH, as responsabilidades da empresa com a formação dos colaboradores e demais garantias de igualdade de oportunidades. Por outro lado, dando cumprimento ao disposto no n.º 1, do artigo 7º, da Lei 62/2017, de 1 de agosto, a MM possui o Plano de Igualdade atualizado, ao qual foi dada ampla divulgação interna e externa, incluindo a disponibilização no sítio na Internet da empresa¹⁶.

Apresenta-se, no Quadro 12, uma síntese dos encargos da MM com RH e equiparados, nos quais se agregam os custos remuneratórios, nomeadamente remunerações base, despesas de representação, e outros encargos com o pessoal, tais como os custos relacionados com seguro de saúde, seguro de acidentes de trabalho, formação e fardamento.

Quadro 12 – Custos com pessoal

	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Var 2025/2024	Var 2025/2023		
	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
Gastos totais com pessoal										
(1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)	892 461	2 208 122	1 324 386	2 853 392	5 447 822	5 435 939	1 529 005	115,5%	1 960 931	219,7%
(a) Gastos com órgãos sociais	228 129	306 267	283 824	307 345	307 705	308 087	23 521	8,3%	79 216	34,7%
(b) Gastos com cargos de direção	155 788	299 594	186 432	723 259	1 127 404	1 195 067	536 827	287,9%	567 471	364,3%
(c) Remuneração do pessoal	475 434	1 475 980	596 802	1 718 359	3 319 763	3 871 386	1 121 557	187,9%	1 242 926	261,4%
(i) vencimento base + s. férias + s. natal	458 126	1 285 385	574 987	1 429 264	2 678 395	3 135 102	854 277	148,6%	971 138	212,0%
(ii) outros subsídios	17 307	190 595	21 815	289 096	641 368	736 284	267 281	1225,2%	271 788	1570,4%
...impacto reduções remuneratórias		0	0	0	0	0	-	-	0	-
(d) Benefícios pós-emprego		0	0	0	0	0	-	-	0	-
(e) Restantes encargos	33 111	126 282	38 485	134 608	222 685	242 345	96 123	249,8%	101 497	306,5%
(f) Rescisões /Indemnizações		0	0	0			-	-	0	-
Designação										
Nº total de RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	22	88	25	113	138	138	88	352,0%	91	413,6%
Nº Órgãos Sociais	3	3	3	3	3	3	0	0,0%	0	0,0%
Nº Cargos Direção s/ OS	3	4	3	15	15	15	12	400,0%	12	400,0%
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	16	81	19	95	120	120	76	400,0%	79	493,8%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (*)	32,8%	20,3%	31,2%	42,1%	34,0%	30,9%				
Incremento anual do numero de colaboradores	4	66	3	84	25	0				

(*) Um trabalhador em licença sem vencimento

Declara-se a inexistência de benefícios pós-emprego.

Conforme se pode constatar pela leitura do Quadro 12, de acordo com o planeamento em curso, o incremento de custos com pessoal está associado, no essencial, às admissões previstas para permitir o início da operação de acordo com o faseamento definido: a fase A, correspondente à ligação entre Serpins e a Portagem, a partir do final do primeiro semestre de 2025 e a operação plena do SMM em 2026. Prevê-se, igualmente, um período inicial de formação dos trabalhadores, contratados e a contratar, para adequação aos sistemas, regras e segurança que a operação exige, pelo que os procedimentos de contratação devem

¹⁶ O plano de Igualdade é atualizado anualmente e submetido, em agosto, na plataforma <https://planosigualdade.cite.gov.pt/> de acordo com a legislação em vigor. Este plano também é disponibilizado anualmente no site da MM, podendo ser consultado a partir do link <https://metromondego.pt/documentos>.

ter todos início ainda em 2025, de modo a não comprometer a sua entrada ao serviço em 2026. Em consequência, para 2027, não estão previstas admissões. Para uma mais completa interpretação da evolução do Quadro de Pessoal da MM e respetivos encargos associados, no Quadro 13 autonomizam-se os custos marginais decorrentes das admissões, no ano em que ocorrem, com o acréscimo de valor que nesse ano implicam para a massa salarial¹⁷.

Quadro 13 – Evolução marginal dos encargos anuais com novas admissões (gastos das admissões)

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gastos totais com contratações	5 163	149 881	916 485	61 213	1 317 890	327 249	0
(a) Gastos com Órgãos Sociais	0	25 803	0	0	0	0	0
(b) Gastos com cargos de direção	0	24 899	55 602	0	208 800	0	0
(c) Remuneração do pessoal	4 886	96 785	761 364	60 986	1 012 929	293 588	0
(i) vencimento base + s. férias + s. natal	4 734	93 609	597 879	58 434	926 352	267 180	0
(ii) outros subsídios	153	3 176	163 485	2 552	86 576	26 408	0
(e) Restantes encargos	276	2 394	99 518	227	96 161	33 661	0
Nº Cargos Direção s/ OS	0	1	1	0	12	0	0
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	1	3	65	5	76	25	0

Os gastos que se estima que venham a ser gerados pela Administração e Órgãos Sociais são apresentados no Quadro 14.

Quadro 14 – Encargos com administração e órgãos sociais

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Remunerações	205 020	228 129	303 395	282 161	302 333	302 693	303 076
Combustíveis	5 915	6 420	17 284	5 632	17 892	17 892	17 892
Despesas em Representação	1 777	1 481	3 600	3 632	4 800	4 800	4 800
Comunicações	1 241	1 352	2 880	1 646	2 880	2 880	2 880
Deslocações e Estadas	5 466	19 469	9 150	9 736	15 950	15 950	15 950
Aluguer Operacional	13 517	16 530	24 460	18 392	21 402	24 743	24 743
Outros	0	756	150	0	150	150	150
Total	232 936	274 138	360 919	321 199	365 407	369 109	369 491

Finalmente, no que respeita aos gastos com os RH e equiparados, a sua variação está essencialmente associada ao aumento dos montantes despendidos com as remunerações e gastos com os novos colaboradores, incluindo a formação, comunicações, deslocações e estadas, conforme se detalha no Quadro 15. De notar que a informação aqui apresentada tem em conta o plano de admissões já detalhado, com o correspondente incremento dos custos.

¹⁷ Para uma leitura das estimativas de custo que as admissões representam para um ano completo, poderá ser consultado o Anexo H, nomeadamente o Quadro G1.

Quadro 15 – Encargos com Recursos Humanos e equiparados

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Remunerações	493 942	646 466	1 844 817	818 857	2 541 841	4 609 311	5 239 797
Formação	3 349	17 867	59 910	4 524	39 398	65 554	74 012
Combustíveis	1 307	2 040	5 400	2 383	6 600	9 000	9 000
Despesas Representação	320	693	2 400	1 368	2 400	2 400	2 400
Comunicações	3 663	4 830	10 848	4 237	10 042	10 042	10 042
Deslocações e Estadas	552	5 615	10 620	4 056	8 820	8 820	8 820
Outros	6	0	6 060	0	60	60	60
Total	503 138	677 511	1 940 055	835 426	2 609 160	4 705 187	5 344 131



7. Informação financeira

A evolução das responsabilidades e compromissos projetados para o triénio 2025-2027, em coerência com o cronograma ajustado para a implementação do SMM e início da operação, mantem os objetivos enunciados no planeamento proposto pela MM e aprovado no âmbito do PAO 2024. Em conformidade, também a evolução considerada para as fontes de financiamento segue uma linha de continuidade, conforme se apresenta nos Quadros infra, relativos às óticas da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Orçamental¹⁸, respetivamente, tendo-se procedido em sintonia com as orientações gerais, que possibilitaram a submissão no Sistema de Orçamento do Estado (SOE), e as orientações específicas, que permitem apresentar o planeamento plurianual conforme descrevemos.

Quadro 16 – Fontes de financiamento, na perspetiva financeira

Origem de Fundos	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	135 917	145 144	145 000	107 917	240 000	0	0
Receitas Tarifárias	678 626	729 593	720 000	633 835	768 218	3 720 015	5 918 659
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	349 300	480 000	1 890 150	80 000	4 154 092	0	0
Subvenção Orçamento de Estado	5 314 648	3 514 646	4 993 789	4 993 789	6 644 302	2 139 761	165 000
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	8 247 055	7 024 045
Fundos Comunitários	0	0	36 879 415	14 845 009	14 945 535	4 477 502	0
Transferência de Capital - Ad. Central - SFA (IMT)	0	0	0	3 540 588	3 437 652	0	0
Transferência de Capital - Reforço	0	0	0	0	2 703 190	0	0
Saldo de Gerência	0	2 774 173	3 670 664	5 687 852	0	0	0
Outros	2 609	0	0	0	0	0	0
Total	6 481 100	7 643 556	48 299 018	29 888 990	32 892 989	18 584 333	13 107 705

Quadro 17 – Fontes de financiamento, na perspetiva orçamental

Origem de Fundos	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	287 456	362 845	7 871 535	613 966	9 190 608	2 415 325	1 361 119
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	166 595	13 710	153 700	268 535	254 400	0	0
Receitas Tarifárias	713 161	944 827	763 200	653 260	815 866	3 947 976	6 280 252
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	493 300	339 825	1 890 150	80 000	4 154 092	0	0
Subvenção Orçamento de Estado	5 314 648	3 514 646	4 993 789	4 993 789	6 644 302	2 139 761	165 000
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	8 247 055	7 024 045
Fundos Comunitários	0	0	36 879 415	14 845 009	14 945 535	4 477 502	0
Transferência de Capital - Ad. Central - SFA (IMT)	0	0	0	3 540 588	3 437 652	0	0
Transferência de Capital - Reforço	0	0	0	0	2 703 190	0	0
Saldo de Gerência	0	2 774 177	3 670 664	5 687 852	0	0	0
Outros	2 609	24 913	0	9 706	0	0	0
Total	6 977 769	7 974 942	56 222 453	30 692 706	42 145 646	21 227 619	14 830 417

¹⁸ Assinala-se a existência de diferenças entre as dimensões financeira e orçamental, em particular em Entidades Públicas Reclassificadas no Regime Simplificado (como acontece com a MM), resultando em ligeiras divergências (não coincidências) de valores em Pessoal e FSE, dependendo da perspetiva que se observa, ou em valor absoluto do investimento, uma vez que, por norma, a dimensão orçamental apresenta valores com IVA enquanto o mesmo já não se verifica na realidade financeira.

De notar que em 2025, com o início da operação do SMM, projeta-se o início de uma nova fase da MM, em que passará a ter peso, como fonte de financiamento, a receita resultante da venda de títulos de transporte (receitas tarifárias). Até agora, as receitas tarifárias advêm da venda de títulos dos serviços rodoviários alternativos, não assumindo um valor expressivo no orçamento.

A MM não tem endividamento bancário desde 2014. Para o horizonte do triénio 2025-2027 prossegue-se com esta prática, i.e., não estão previstos quaisquer passivos financeiros bancários.

Os quadros seguintes resumem as origens e as aplicações de fundos orçamentados para o triénio 2025-2027, na ótica da contabilidade financeira e na ótica da contabilidade orçamental, respetivamente.

Salientamos duas fontes de financiamento:

- A partir de 2024, o cofinanciamento comunitário (Programa para Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030) com incidência no investimento com a “Aquisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias e construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)”;
- a partir de 2026, a compensação por obrigações de serviço público, na sequência da entrada em serviço do SMM, na sua totalidade, neste ano.

Quadro 18 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva financeira

Origem de Fundos	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	135 917	145 144	145 000	107 917	240 000	0	0
Receitas Tarifárias	678 626	729 593	720 000	633 835	768 218	3 720 015	5 918 659
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	349 300	480 000	1 890 150	80 000	4 154 092	0	0
Subvenção Orçamento de Estado	5 314 648	3 514 646	4 993 789	4 993 789	6 644 302	2 139 761	165 000
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	8 247 055	7 024 045
Fundos Comunitários	0	0	36 879 415	14 845 009	14 945 535	4 477 502	0
Transferência de Capital - Ad. Central - SFA (IMT)		0		3 540 588	3 437 652	0	0
Transferência de Capital - Reforço				0	2 703 190		
Saldo de Gerência	0	2 774 173	3 670 664	5 687 852	0	0	0
Outros	2 609	0	0	0	0	0	0
Total	6 481 100	7 643 556	48 299 018	29 888 990	32 892 989	18 584 333	13 107 705

Aplicação de Fundos	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Estrutura							
Fornecimento Serviços Externos	192 006	229 406	1 188 610	340 529	4 364 394	6 789 512	7 125 820
Pessoal	702 311	892 461	2 208 122	1 105 543	2 883 571	4 977 558	5 616 885
Investimento relacionado com funcionamento	71 005	16 204	818 500	11 463	847 590	0	0
Investimento para operação	0	0	0	0	0	200 000	200 000
Investimento							
Comunicação e Marketing	10 500	100	120 000	89 644	120 000	0	0
Serviços Alternativos	1 588 114	1 633 926	1 677 160	1 855 747	1 475 835	0	0
Baixa de Coimbra	890 703	1 215 297	2 335 381	1 275 476	1 312 560	0	0
Parque de Materiais e Oficinas	169 317	2 085 602	8 371 865	5 077 526	9 103 434	2 605 150	0
Bilhética	0	490 570	170 232	464 598	198 304	0	0
Material Circulante	296 719	760 146	30 742 789	19 815 748	11 151 036	3 550 000	0
Estudos e Assessorias	95 519	182 371	551 940	388 141	1 415 489	190 000	150 000
IRC (s/ Venda Parcelas)	5 784	104 007	114 419	126 117	20 776	177 113	15 000
Total	4 021 980	7 610 089	48 299 018	30 550 533	32 892 989	18 489 333	13 107 705

Quadro 19 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva orçamental

Origem de Fundos	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	287 456	362 845	7 871 535	613 966	9 190 608	2 415 325	1 361 119
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	166 595	13 710	153 700	268 535	254 400	0	0
Receitas Tarifárias	713 161	944 827	763 200	653 260	815 866	3 947 976	6 280 252
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	493 300	339 825	1 890 150	80 000	4 154 092	0	0
Subvenção Orçamento de Estado	5 314 648	3 514 646	4 993 789	4 993 789	6 644 302	2 139 761	165 000
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	8 247 055	7 024 045
Fundos Comunitários	0	0	36 879 415	14 845 009	14 945 535	4 477 502	0
Transferência de Capital - Ad. Central - SFA (IMT)	0	0	0	3 540 588	3 437 652	0	0
Transferência de Capital - Reforço	0	0	0	0	2 703 190	0	0
Saldo de Gerência	0	2 774 177	3 670 664	5 687 852	0	0	0
Outros	2 609	24 913	0	9 706	0	0	0
Total	6 977 769	7 974 942	56 222 453	30 692 706	42 145 646	21 227 619	14 830 417

Aplicação de Fundos	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Estrutura							
Fornecimentos e Serviços Externos	222 137	268 125	1 500 000	414 579	5 355 975	8 366 380	8 787 555
Pessoal	720 569	855 944	2 159 302	1 101 706	2 893 225	5 046 926	5 597 362
Investimento							
Investimento relacionado com funcionamento	93 464	20 759	1 006 755	12 480	1 041 961	0	0
Investimento para operação	0	0	0	0	0	246 000	246 000
Comunicação e Marketing	8 327	123	147 600	107 504	147 600	0	0
Serviços Alternativos	1 713 614	1 759 329	1 810 457	1 990 327	1 564 386	0	0
Libertação da Baixa	896 138	1 227 845	2 397 347	1 279 070	1 373 435	0	0
Parque de Materiais e Oficinas	379 870	2 011 740	8 421 754	5 152 980	9 287 760	2 674 150	0
Bilhética	0	533 590	172 302	465 777	243 913	0	0
Material Circulante	364 965	959 588	37 813 631	19 612 735	18 475 564	4 366 500	0
Estudos e Assessorias	117 488	215 150	678 886	429 431	1 741 051	233 700	184 500
IRC (s/ Venda Parcelas)	5 784	122 745	114 419	126 117	20 776	177 113	15 000
Total	4 522 356	7 974 939	56 222 453	30 692 706	42 145 646	21 110 769	14 830 417

7.1. Atividade operacional

Apresenta-se em seguida a repartição dos gastos na lógica analítica interna (encontram-se refletidos na perspetiva financeira).

Quadro 20 – Gastos por centro de custo¹⁹

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gestão e Órgãos Sociais	232 936	274 138	360 919	321 199	365 407	369 109	369 491
Recursos Humanos e Equiparados ¹	503 138	679 261	1 850 055	845 610	2 633 160	4 729 187	5 368 131
Funcionamento - Estrutura Gestão ²	158 243	168 239	681 247	163 530	426 238	529 337	532 747
Funcionamento - Estrutura Operação	0	230	504 511	115 732	3 823 160	6 139 437	6 472 336
Total	894 317	1 121 867	3 396 731	1 446 072	7 247 966	11 767 070	12 742 705

¹ Inclui formação

² Inclui Comunicação e Marketing

Neste Quadro os gastos são agrupados pela sua natureza. A leitura desta informação deve ter em conta que:

¹⁹ Não incorpora custos de investimento, nem amortizações.

- i. os gastos com a gestão e órgãos sociais referem-se ao grupo que integra os Administradores²⁰ (executivos e não executivo até 14 de setembro 2023) e o funcionamento da Assembleia Geral (senhas de presença) e demais encargos remuneratórios e gastos em deslocações e estadas, representações, comunicações, combustíveis, energia, e utilização de viaturas. Para além da alteração da composição do Conselho de Administração e impacto direto remuneratório implícito, a variação isolada deste efeito, ao longo dos anos explica-se pela necessidade de ajustar o incremento de atividade a um maior volume de custos de deslocação e representação;
- ii. os gastos em recursos humanos e equiparados agregam os gastos do pessoal (excluindo gestão e órgãos sociais), nomeadamente os custos remuneratórios e os custos de funcionamento que lhes possam estar diretamente associados (e.g., comunicações, deslocações e estadas e combustíveis). O crescimento continuado destes gastos em 2025 e 2026, assenta fundamentalmente no crescimento da estrutura de pessoal, em particular a estrutura de operação e respetivos custos remuneratórios e custos de funcionamento (comunicações, deslocações e estadas e combustíveis). A formação também é aqui incluída;
- iii. os encargos agregados sob a designação “funcionamento” representam todos os custos de estrutura da empresa que não estão alocados a um departamento ou colaborador específico sendo, portanto, transversais. Aqui, tendo em conta a projetada entrada em operação do SMM (e a inclusão de custos alocados diretamente à operação, mas também pelo peso significativo que assumem), considerou-se adequado efetuar a distinção entre funcionamento de gestão e funcionamento de operação. Nos custos de funcionamento de gestão são contabilizados os custos com a renda do edifício sede, telecomunicações gerais, atualização e manutenção de *software*, limpeza, manutenção do edifício sede ou de viaturas de utilização geral, material de escritório, ou os custos com ações de comunicação e *marketing*, entre outros. Nos custos de funcionamento de operação estão considerados custos como seguros (material circulante, PMO, estações, carregadores, via, entre outros), energia para veículos e PMO, custos relacionados com bilhética (comissões, abastecimento e recolha de valores),

²⁰ Com efeitos a 15 de setembro de 2023 e na sequência de uma Declaração Social Unânime por Escrito (DSUE), a composição do Conselho de Administração passou a incluir o presidente e dois vogais executivos.

telecomunicações (rede móvel), manutenção do material circulante e manutenção das infraestruturas;

Importa ainda referir que os gastos considerados no âmbito da gestão e órgãos sociais decorrem do estatuto remuneratório aprovado em Declaração Social Unânime por Escrito, de 15 de setembro de 2023²¹.

Na MM não existem benefícios pós-emprego.

As despesas de funcionamento registam um aumento no triénio, que pode ser compreendido pela maior dimensão da estrutura, mas também pela entrada em operação do SMM.

O Orçamento de Exploração é apresentado no Quadro 21.

Quadro 21 – Orçamento de Exploração

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Fornecimento e Serviços Externos	192 006	229 406	1 188 610	340 529	4 364 394	6 789 512	7 125 820
Pessoal	702 311	892 461	2 208 122	1 105 543	2 883 571	4 977 558	5 616 885
Investimento relacionado com funcionamento	71 005	16 204	818 500	11 463	847 590	95 000	0
Investimento para operação	0	0	0	0	0	200 000	200 000
Total	965 323	1 138 071	4 215 231	1 457 535	8 095 556	12 062 070	12 942 705

Para o triénio de 2025-2027, no que se refere à rubrica “Investimento relacionado com funcionamento”, está contemplada a despesa, conforme referido no ponto 4.2, associada à disponibilização dos postos de trabalho (*hardware/software* e mobiliário) decorrentes das novas admissões, e a atualização faseada de equipamentos (*hardware/software*) existentes (cujos valores se estimam, para 2025, em 236 590 €²²).

Para 2025 prevê-se também a aquisição de *hardware* e *software* específico para planeamento (inclui controlo salarial operacional), controlo e manutenção de infraestruturas de longa duração e *software* de *Business Intelligence* para monitorização do SMM (611 000 €).

A leitura dos valores inscritos no Orçamento de Exploração permite confirmar a relevância do projetado reforço da estrutura de pessoal que, por sua vez, tem implicações diretas na rubrica de FSE. Assim, embora entre 2022 e 2024 se assinala um crescimento moderado, em 2025, com os encargos relacionados com a entrada em operação do SMM, as variações são naturalmente de maior amplitude. Por outro lado, este crescimento estrutural está também devidamente articulado com o investimento em curso, para que a capacidade

²¹ Até aqui encontravam-se definidas em Assembleia Geral, de 24 de julho de 2019.

²² Inclui 69 090 € em mobiliário para o PMO e Sede, 145 000 € em hardware para PMO e 22 500 € para outro equipamento informático.

produtiva instalada possa dar resposta às novas atividades que, até muito recentemente, não existiam, bem como às atividades associadas à operação de serviços de transporte público de passageiros.

Quadro 22 – Evolução dos custos com pessoal, FSE e volume de negócios

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Var 2025/2024		Var 2025/2023	
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
CMVMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FSE	192 006	229 406	1 188 610	340 529	4 364 394	6 789 512	7 125 820	4 023 865	1181,6%	4 134 988	1802,5%
Deslocações e estadas	6 017	21 893	19 770	13 792	24 770	24 770	24 770	10 978	79,6%	2 877	13,1%
Ajudas de custo	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
Comunicações	6 890	8 560	18 108	9 047	18 682	19 282	19 282	9 635	106,5%	10 122	118,3%
Pessoal	702 311	892 461	2 208 122	1 105 543	2 883 571	4 977 558	5 616 885	1 778 028	160,8%	1 991 110	223,1%
Gastos Operacionais	894 317	1 121 867	3 396 731	1 446 072	7 247 966	11 767 070	12 742 705	5 801 893	401,2%	6 126 098	546,1%
Volume de Negócios	-	-	1 288 750	-	459 068	3 692 016	5 880 581	-	-	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	8 247 055	7 024 045	-	-	-	-

A evolução crescente das despesas de funcionamento (cf. Quadro 22) justifica-se pelo incremento de atividade e da estrutura de pessoal, bem como da nova composição da estrutura da operação.

Os custos com publicidade e *marketing* decorrem do plano referido em 4.9.

Quadro 23 – Despesas de funcionamento

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
FSE's Estrutura de Gestão							
Eletricidade	7 655	10 467	13 200	11 922	16 200	16 800	17 400
Água	542	627	1 500	785	1 320	1 500	1 620
Ferramentas Utens. desgaste rápido	1 390	28	1 800	705	1 800	1 800	1 800
Livros e doc. técnica	21	358	2 400	367	2 400	2 400	2 400
Material de escritório	586	1 685	3 300	3 603	3 300	3 300	3 300
Rendas e alugueres	40 973	41 189	44 952	42 646	46 312	48 470	50 736
Comunicações	1 987	2 372	4 380	3 163	5 760	6 360	6 360
Aluguer Operacional		282	11 400	0	28 800	28 800	28 800
Seguros	1 839	1 596	4 200	994	2 500	2 600	2 700
Conservação e reparação	2 462	5 963	11 400	3 311	12 600	12 600	12 600
Limpeza	5 889	6 529	7 800	7 033	8 400	9 000	9 000
Contencioso e notariado	766	15 022	3 000	6 938	5 000	5 000	5 000
Vigilância e segurança	948	1 022	1 750	1 168	1 750	1 750	1 750
Auditoria	11 743	11 743	18 000	11 743	15 465	17 677	18 000
Assessoria Jurídica		1 750	6 000	9 313	51 000	60 000	60 000
Informática	14 780	14 760	38 250	15 888	34 400	42 000	42 000
Tecnologias de informação	18 152	19 912	54 400	17 660	82 030	82 080	82 080
Publicidade e Marketing	45 945	30 316	90 000	31 572	120 000	200 000	200 000
FSE's Operação							
Seguros	0	0	157 361	14 499	277 977	329 025	329 025
Edifícios, informática, telecomunicações	0	0	7 500	0	15 000	30 000	30 000
GQAS	0	0	82 654	24 000	65 165	79 750	25 286
Consultorias e Assessorias	0	0	25 000	0	25 000	50 000	50 000
Custos indiretos (Motoristas)	0	0	14 456	0	20 731	45 866	55 657
Custos indiretos (Reguladores)	0	0	2 863	0	4 424	10 358	10 983
Planeamento operacional - licenças de software	0	0	0	0	58 500	103 500	103 500
Venda de títulos	0	0	7 033	0	41 077	80 445	82 054
Fiscalização de títulos	0	0	8 057	0	145 425	242 375	242 375
Energia para veículos	0	0	122 880	0	522 460	943 108	1 028 845
Energia para estações e PMO	0	230	23 527	58 161	187 715	331 261	358 120
Limpeza de estações, veículos e PMO	0	0	23 672	0	113 281	328 864	380 772
Vigilância e segurança de passageiros	0	0	12 790	0	132 480	264 961	264 961
Vigilância e segurança de PMO	0	0	28 278	1 181	90 965	121 929	121 929
Comissões e custos de suporte da bilhética	0	0	9 830	4 745	26 644	155 603	217 418
Bilhética - Abastecimento e recolha de valores	0	0	8 769	6 377	70 552	157 090	179 030
Telecomunicações - rede móvel nos veículos	0	0	21 746	1 364	269 401	72 107	90 134
Manutenção Material Circulante							
Veículos - manutenção corrente	0	0	51 274	0	262 266	561 389	615 901
Veículos - substituição de baterias	0	0	13 382	0	68 447	146 513	160 740
Manutenção de Infraestrutura							
Infraestrutura de via	0	0	32 254	0	825 435	892 574	904 426
infraestrutura das estações	0	0	3 525	0	0	0	0
Sistemas técnicos	0	0	39 759	2 365	300 937	651 295	664 321
Bilhética	0	0	43 424	2 906	174 264	339 498	346 288
Infraestruturas de energia	0	0	34 955	0	102 305	157 803	165 567
Infraestruturas do PMO	0	0	2 036	0	22 709	44 121	45 003
Outros custos operacionais	2 565	4 368	1 000	5 198	11 200	11 200	11 200
Total	158 243	170 218	1 095 758	289 605	4 273 398	6 692 774	7 029 082

No Quadro 23, a razão do crescimento dos custos radica na preparação e início da operação do SMM conforme já detalhado.

Os montantes apresentados como custos de operação não têm, naturalmente, histórico de execução, pelo que têm por base as melhores estimativas efetuadas assumindo como referência os preços que se considera ser os melhor aplicáveis a este sistema (parte dos valores inscritos no Quadro 23 aguardam a publicação de portaria de extensão de encargos,

ou aguardam a conclusão dos procedimentos necessários para esse efeito, dado o montante e a sua plurianualidade).²³

No que se refere à frota automóvel, a MM detém atualmente apenas uma viatura ligeira de passageiros, de 2012, para além de três viaturas em regime AOV, afetas aos membros executivos do Conselho de Administração (nos termos das condições fixadas na DSUE de 15 de setembro de 2023). É importante notar que, apesar dessa condição, estas viaturas têm vindo a desempenhar quase diariamente serviços de naturezas distintas, em resposta às múltiplas necessidades operacionais. Nos custos de estrutura de gestão, está a ser considerada a aquisição operacional de 3 viaturas (em regime de AOV) para fazer face às enormes dificuldades na operacionalidade diária dos técnicos, que previsivelmente irão aumentar com a entrada em operação do sistema.

Os encargos com a frota automóvel são apresentados no Quadro 24.

Quadro 24 – Encargos com a frota automóvel

	2022	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Var 2025/2024		Var 2025/2023	
	Execução	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
AOV - Aluguer operacional de viaturas *	13 517	16 812	35 860	18 736	50 952	54 293	54 293	32 216	171,9%	34 140	203,1%
Seguro	1 098	827	2 500	210	800	900	1 000	590	280,1%	-27	-3,3%
Revisões	1 741	2 591	2 400	1 499	2 400	2 400	2 400	901	60,1%	-191	-7,4%
IUC	290	302	500	158	500	500	500	342	215,9%	198	65,6%
Portagens	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Combustíveis**	7 222	8 460	22 684	8 015	24 492	26 892	26 892	16 477	205,6%	16 032	189,5%
Deslocações e Estadas ***	6 017	25 085	19 770	13 792	24 770	24 770	24 770	10 978	79,6%	-315	-1,3%
Estacionamento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Nº de veículos	4	4	8	4	7	7	7	3	75,0%	3	75,0%

* AOV inclui a viatura cedida pelo Metro do Porto [2019 até 2023]

** A partir 2022 inclui energia elétrica consumida por viaturas

*** inclui despesas com portagens e estacionamento

No ano de 2025 e seguintes, os encargos a suportar refletem o padrão normal sem, no entanto, precaver efeitos paralelos e imprevistos de aumento generalizado de preços que resultem da crise geopolítica, tais como combustíveis, eletricidade ou outros que possam fazer crescer anormalmente os custos das deslocações para além dos que diretamente estão implícitos no incremento de atividade.

²³ Portaria n.º 3/2024, de 9 de janeiro, relativa ao “Fornecimento e manutenção do sistema de bilhética do Sistema de Mobilidade do Mondego”; Portaria n.º 109/2024, de 16 de janeiro, relativa aos “Serviços de comunicações móveis, de voz, dados e bens associados, para o Sistema de Mobilidade do Mondego”; Portaria n.º 641/2024/2, de 22 de agosto, relativa à “Recolha de valores e abastecimento de trocos em equipamentos de bilhética do Sistema de Mobilidade do Mondego”; Portaria n.º 682/2024/2, de 5 de setembro, relativa a “Fiscalização de Títulos de Transporte, Vigilância e Segurança dos Passageiros e do Parque de Material e Oficinas do Sistema de Mobilidade do Mondego”; Portaria n.º 683/2024/2, de 5 de setembro, relativa a “Fornecimento de software/sistema integrado de apoio à decisão para o planeamento e gestão da Operação”; Portaria n.º 788/2024/2, de 8 de novembro, relativa ao “Fornecimento de energia para veículos, PMO e Sede da Metro Mondego”; Portaria n.º 789/2024/2, de 8 de novembro relativa à “Conservação de infraestruturas de via e de estações do Sistema de Mobilidade do Mondego”; Portaria n.º 103/2025/2, de 5 de fevereiro, relativa a “Prestação de serviços de Seguros”.

7.2. Atividade de investimentos

De uma forma agregada, o investimento previsto realizar foi apresentado nos pontos anteriores deste documento, sendo agora oportuno detalhar esta informação, para uma mais completa perceção das atividades que integram esta rúbrica.

Quadro 25 – Investimento plurianual

	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento relacionado com funcionamento	16 204	818 500	11 463	847 590	95 000	0
Hardware/Software	16 204	728 500	11 463	778 500	95 000	0
Mobiliário	0	0	0	69 090	0	0
Viaturas Operacionais	0	90 000	0	0	0	0
Investimento para Operação	0	0	0	0	200 000	200 000
Comunicação e Marketing	100	120 000	89 644	120 000	0	0
Comunicação	100	0	0	0	0	0
Plano de Comunicação Sustentável 2030	0	120 000	89 644	120 000	0	0
Serviços Alternativos	1 633 926	1 677 160	1 855 747	1 475 835	0	0
Operação Serpins	1 466 081	1 170 000	1 721 449	891 924	0	0
Operação Portagem - Coimbra B	0	315 000	0	524 208	0	0
Serviço CP	157 916	167 160	110 970	0	0	0
Manutenção	9 930	20 000	12 233	11 890	0	0
Outros	0	5 000	11 095	47 813	0	0
Baixa de Coimbra	1 215 297	2 335 381	1 275 476	1 312 560	0	0
IMI	10 940	15 000	9 602	12 500	0	0
Empreitada da Baixa	1 073 550	1 347 636	1 199 928	784 628	0	0
Revisão Preços	0	231 369	0	168 083	0	0
Revisão Preços Extraordinária	0	212 000	0	0	0	0
Reposição Equilíbrio Financeiro	0	259 956	0	82 674	0	0
PT e abastecimentos BT	0	40 000	0	60 000	0	0
Fiscalização	74 722	57 648	51 468	60 237	0	0
Assistência Técnica	1 433	19 812	12 642	19 812	0	0
Revisão proj. A1 e A2	0	6 044	1 836	7 244	0	0
Projeto Casa Aninhas e Praça	40 251	12 822	0	21 885	0	0
Mediação imobiliária	14 400	133 095	0	75 597	0	0
Outros	0	0	0	19 900	0	0
Parque de Material e Oficinas	2 085 602	8 371 865	5 077 526	9 103 434	2 605 150	0
Estudo e Assessorias	73 626	9 500	123 383	48 326	0	0
Expropriações	459 921	54 603	119 840	136 108	0	0
Empreitada PMO (inclui trabalhos adicionais)	1 310 150	5 604 910	3 789 526	3 606 316	0	0
Revisão Preços	0	0	99 587	1 887 561	0	0
Fiscalização	241 905	185 408	344 590	324 300	0	0
Aluguer de contentores para PCC provisório	0	22 000	0	0	0	0
Empreitada complementar PMO (c/ cobertura e eq. oficinais)	0	2 495 444	576 308	1 944 520	0	0
Revisão Preços e equilíbrio financeiro (emp. compl.)	0	0	24 292	852 704	0	0
Ramal de MT (adicional)	0	0	0	158 750	0	0
Coberturas PMO	0	0	0	0	0	0
Projeto Geral	0	0	0	100 000	0	0
Empreitada	0	0	0	0	1 700 000	0
Fiscalização	0	0	0	0	100 000	0
Instalação de carregadores em Parques estacionamento SMM	0	0	0	0	0	0
Projeto	0	0	0	44 850	0	0
Empreitada	0	0	0	0	605 150	0
Cobertura WiFi - Estações	0	0	0	0	200 000	0
Bilhética	490 570	161 232	464 598	198 304	0	0
Projeto e Fornecimento	490 570	161 232	5 149	148 304	0	0
IVA não dedutível	0	0	459 449	0	0	0
Instalação Bilhética ASJ	0	0	0	0	0	0
Peças adicionais (SA)	0	0	0	49 000	0	0
Instalação de equipamentos adicionais (SA)	0	0	0	0	0	0
Armazém para equipamento de bilhética	0	0	0	1 000	0	0
Material Circulante	760 146	30 742 789	19 815 748	11 151 036	3 550 000	0
Assessoria Técnica/Jurídica	1 692	24 015	0	0	0	0
Fornecimento Veiculos (35 Unid)	0	30 425 541	19 696 059	9 721 154	0	0
Fornecimento Veiculos op. (5 Unid)	0	0	0	0	3 550 000	0
Fornecimento de Postos de Transformação	758 454	293 233	119 690	154 488	0	0
Alimentação de Média Tensão dos PTs	0	0	0	45 000	0	0
Investimentos Complementares	0	0	0	1 230 393	0	0
Estudos e Assessorias	182 371	551 940	388 142	1 415 489	190 000	150 000
Veiculos, Gestão e Operação	62 725	113 000	78 367	116 569	0	0
Bilhética e Tarifário	0	28 940	0	15 000	0	0
SAE e Telemática	0	20 000	0	39 420	35 000	35 000
Energia	0	0	0	6 000	0	0
Sinalética (estações)	0	30 000	0	37 500	0	0
Consultoria jurídica especializada	45 000	0	7 000	53 000	70 000	60 000
Estudos e Projetos infraestruturas rodoviárias	41 600	50 000	0	25 000	25 000	25 000
Paisagismo (Estudos, projeto e empreitada)	26 494	205 000	302 775	24 500	0	0
Sistemas técnicos	0	55 000	0	98 500	0	0
Via e Estações	0	30 000	0	30 000	30 000	30 000
Edificado (inclui projeto ed. complementar PMO)	0	20 000	0	30 000	30 000	0
Escrituras PMO	6 552	0	0	0	0	0
Deslizamento Talude km13,8	0	0	0	940 000	0	0
Total	6 384 215	44 778 867	28 978 344	25 624 248	6 640 150	350 000

Tendo presente que o Investimento relacionado com comunicação e *marketing*, serviços alternativos, Baixa de Coimbra, PMO, bilhética, material circulante e estudos e assessorias, está detalhado no capítulo 4, e o investimento com o funcionamento no capítulo 5, é agora oportuno detalhar o investimento relacionado com a operação. Assim, importa dar nota que este investimento para a operação parte do princípio de que, no essencial, o investimento de implementação do SMM estará terminado, justificando agora a necessidade de investimentos sistemáticos que passam a ser necessários para a operação, como é o caso particular das atualizações de *hardware/software* (postos de trabalho e rede) e da aquisição ou substituições de viaturas operacionais. Deverá ainda incluir investimento para o acompanhamento das evoluções tecnológicas para evitar obsolescências (como por exemplo na bilhética) ou ainda investimento imprevisto (sinalética ou outro) para o SMM.

7.2.1. Investimentos com financiamento comunitário

A MM tem em execução a construção do PMO bem como o fornecimento (e manutenção) de material circulante, incluindo a construção dos postos de carregamento²⁴. Foi entregue em abril de 2024 o veículo protótipo e os restantes 34 veículos já se encontram, desde agosto do mesmo ano, em território nacional. Em dezembro de 2024 ocorreu a receção provisória de 26 veículos. Os restantes estão a ser rececionados, o que ocorrerá durante o primeiro trimestre de 2025, seguindo-se a receção definitiva. As empreitadas do PMO (empreitada geral e complementar) ficarão concluídas até ao final do primeiro semestre de 2025.

No âmbito destes investimentos, a MM tem uma candidatura aprovada com financiamento pelo Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade para a “Aquisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias e construção do PMO”. O planeamento e programação financeira apresentados consideram uma participação comunitária até 85% do investimento (elegível), realizado e a realizar, em PMO e Material Circulante e Sistemas de Carregamento. É importante referir a intenção de alargamento desta candidatura, nomeadamente para permitir a inclusão de investimentos no âmbito da instalação de uma cobertura na zona de estacionamento dos autocarros no PMO,

²⁴ Este investimento encontra-se autorizado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2023, de 3 de maio, contemplando um valor total de 61 510 000 € (acresce IVA), desagregado em valor de investimento para assessoria a estudos e projetos, gestão e fiscalização da empreitada de construção do PMO até 11 508 000 € (acresce IVA), até 2024, e para a aquisição do material circulante e sistema de carregamento de baterias num valor de investimento até 36 459 000 € (acresce IVA), até 2025, e valor de manutenção de 13 543 000 € (acresce IVA), até 2039. Encontra-se em preparação uma nova Resolução de Conselho de Ministros para reprogramação de investimento, sem alteração do valor global, com reafecção de montantes nas rubricas e alteração da execução do PMO até 2025 (inclusive).

da instalação de carregadores em parques de estacionamento do SMM e uma cobertura WIFI nas estações.

Quadro 26 – Investimento com financiamento comunitário, na perspetiva orçamental

	2024 - estimativa				2025			
	319	513	482	total	319	513	482	total
Comunicação e Marketing	46 004	61 500	0	107 504	0	45 600	102 000	147 600
Parque de Material e Oficinas	1 199 824	3 636 685	316 471	5 152 980	0	1 553 010	7 734 750	9 287 760
Material Circulante	2 766 603	2 317 593	14 528 539	19 612 735	0	11 366 779	7 108 785	18 475 564
Total	4 012 431	6 015 778	14 845 009	24 873 218	0	12 965 389	14 945 535	27 910 924

O Quadro 26 apresenta o investimento do projeto aprovado pelo Sustentável 2030, com a execução em 2024 e previsão de execução em 2025.

De salientar que a execução do investimento em 2024 se encontra fortemente dependente do financiamento comunitário, em sintonia com o que tinha sido exposto no PAO de 2024-2026.

7.2.2. Análise dos indicadores de gestão

Para aferir o nível de atividade da MM, nos termos definidos nas instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2024, a MM considerou o Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais [IOEGG]:

$$IOEGG = \text{Gastos Operacionais} / \text{Investimento realizado (rubrica económica 07)}$$

Durante a fase de investimento, este indicador (alternativo) da eficiência operacional foi reconhecido²⁵ como adequado à análise do peso que os gastos operacionais representam no trabalho desenvolvido na empresa (investimento), em cada ano. A partir de 2025 estão finalmente reunidas as condições para abandonar o recurso à estimação deste indicador alternativo, propondo-se a aplicação do habitual indicador com base no rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, considerando este ano como ponto de partida.

No quadro seguinte apresenta-se a estimativa de evolução, para 2025 e seguintes, do peso dos gastos relativamente ao volume de negócios.

²⁵ O recurso ao IOEGG foi aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET (Cf. Anexo F), a 15 de outubro de 2019.

Quadro 27 – Evolução do indicador de estrutura de gastos operacionais (GO/VN)

	2024	2025	2026	2027
	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Custos Exploração	1 446 072	7 247 966	11 767 070	12 742 705
Fornecimento e Serviços Externos	340 529	4 364 394	6 789 512	7 125 820
Pessoal	1 105 543	2 883 571	4 977 558	5 616 885
Volume de negócios	0	459 068	11 939 071	12 904 626
Receita Tarifária (SMM)		459 068	3 692 016	5 880 581
Compensações Obrigações Serviço Público		0	8 247 055	7 024 045
Indicador GO/VN	n.a.	15,79	0,986	0,987

Para concluir, apresentam-se no Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais, respetivamente, os Balanços Previsionais, as Demonstrações de Resultados Previsionais e as Demonstrações de Fluxos de Caixa Previsionais. No Anexo D apresentam-se as Demonstrações Financeiras UTAM.

Para uma adequada análise desta informação é particularmente importante ter em conta que apenas a partir do final do 2º trimestre de 2025 está previsto que a MM inicie a exploração começando, então, a gerar receitas resultantes da operação do SMM, oriundas, quer de receitas tarifárias, quer de compensações por serviço público ou outras que venham a ser contratadas com as Autoridades de Transporte na sua área geográfica de atuação. Em conformidade, neste primeiro ano de operação, a receita tarifária corresponderá a menos de um ano de serviço a operar num troço que, sendo uma parte expressiva dos km previstos, corresponde ainda a uma pequena parte dos passageiros/km transportados, visto que se trata maioritariamente do troço suburbano.

7.2.3. Efeitos não recorrentes

Concorrem para a obtenção de resultado líquido positivo, fora do âmbito normal da operação da empresa, os movimentos não recorrentes que decorrem da venda das parcelas sobrantess²⁶ e da venda das frações que integram os edifícios da Baixa²⁷.

O processo de venda das parcelas sobrantess e frações, iniciado em 2021, tem conclusão prevista em 2025. O produto da venda destas parcelas e frações concorre, na sua totalidade, para o apuramento do resultado líquido.

²⁶ Parcelas sobrantess resultam da parte de parcelas não necessárias ao espaço canal do SMM na Baixa de Coimbra.

²⁷ Trata-se dos edifícios A1 e A2, que resultaram das expropriações na Baixa de Coimbra, em particular os edifícios que tinham frente para a Rua da Sofia, onde foi necessário construir o Edifício Ponte para abrir o canal para o SMM.

Quadro 28 – Venda de ativos

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Parcelas Sobrantes	199 300	349 300	480 000	80 000	521 600	0	0
Edifício A1					2 181 400	0	0
Edifício A2					1 451 092	0	0
Total	199 300	349 300	480 000	80 000	4 154 092	0	0

Importa salientar que o movimento de reclassificação de ativos, no montante de 52 milhões de euros (correspondentes às infraestruturas físicas do canal que a IP transfere para a MM após a sua receção), tem caráter meramente indicativo nesta fase, estando implícito que possa ser objeto do tratamento que terá de ser dado aos bens de domínio público enquanto Infraestruturas de Longa Duração (ILD). Este movimento não implica, nem implicará, qualquer interferência com os resultados da empresa, encontrando-se a operação refletida nas demonstrações financeiras previsionais no final do exercício de 2025. No decorrer de 2025, ano em que se inicia a operação comercial do SMM, será desenvolvido um trabalho específico sobre este tratamento contabilístico, tanto na definição como na extensão dos seus efeitos.

8. Contrato de Serviço Público

O modelo que decorre das bases de concessão da MM estabelece que “(...) as infraestruturas e equipamentos essenciais ao sistema objeto da concessão constituem infraestruturas de longa duração, propriedade do Estado, [e] este assegura à concessionária os meios necessários (...)” para “(...) a realização das obras de construção da infraestrutura do sistema Metrobus, bem como a respetiva supervisão e manutenção (...)”²⁸.

Relativamente ao “financiamento da exploração do sistema (...) [este] é assegurado pelas receitas decorrentes da atividade da concessionária e pelas compensações por obrigações de serviço público [OSP] previstas no contrato de serviço público [CSP], a celebrar com o Estado na qualidade de autoridade de transportes”.

Nos termos do Regulamento 1370/2007, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros, considera-se como OSP qualquer “imposição definida ou determinada por uma autoridade competente com vista a assegurar serviços públicos de transporte de passageiros de interesse geral que um operador, caso considerasse o seu próprio interesse comercial, não assumiria, ou não assumiria na mesma medida ou nas mesmas condições sem contrapartidas”²⁹.

Atento o referido nos parágrafos anteriores, a MM apresentou ao Governo, em setembro de 2023, uma proposta de CSP, a celebrar entre o Estado e a MM, o qual foi sujeito a interações posteriores, que conduziram ao envio de uma proposta revista em julho de 2024. A proposta apresentada pretende assim contratualizar o “serviço público de transporte de passageiros no SMM, com carácter de serviço de interesse económico geral, fixando as obrigações de serviço público às quais a MM fica adstrita, para garantir que a prestação deste serviço seja efetuada de acordo com as exigências estabelecidas, bem como as condições em que são devidas as compensações financeiras pelo Estado”, ou seja, pretende-se com este contrato por um lado estabelecer as condições em que o serviço será prestado pela empresa e, em contrapartida, definir o financiamento do Estado, na sua qualidade de autoridade de transportes³⁰ da MM, que garanta a sustentabilidade financeira do sistema.

²⁸ Cf. números 2 e 3 da Base das Bases da Concessão, nos termos do Anexo I do Decreto-Lei 10/2002, de 24 de janeiro, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro.

²⁹ Cf. alínea e) do Artigo 2º do Regulamento (CE) 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007.

³⁰ Na aceção que é dada na alínea b) do artigo 3º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei 52/2015, de 9 de junho: “qualquer autoridade pública com atribuições e competências em matéria de organização, exploração, atribuição, investimento, financiamento e fiscalização do serviço público de transporte de passageiros, bem como de determinação de obrigações de serviço público e de tarifários numa determinada zona

A referida proposta de CSP foi igualmente submetida em agosto de 2024 à apreciação da Autoridade da Mobilidade e Transportes.

Assim, no momento presente, o CSP não se encontra ainda aprovado cumprindo, porém, referir que a duração proposta para o mesmo é de 10 anos, em linha com o prazo de concessão da exploração do SMM, a contar da sua entrada em serviço³¹.

geográfica de nível local, regional ou nacional, ou qualquer entidade pública por aquela investido dessas atribuições e competências”.

³¹ De acordo com a alínea b) do número 1 da Base IV das Bases da Concessão, nos termos estabelecidos pelo Anexo I do Decreto-Lei 10/2002, de 24 de janeiro, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro.

9. Quadro síntese de autorizações requeridas

Em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2025-2027, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Setor Empresarial do Estado [SEE], apresenta-se em seguida um Quadro com a síntese das autorizações requeridas.

Quadro 29 – Síntese de autorizações requeridas

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Data	Pág. PAO
Indicador Alternativo	Ausencia de receitas	Despacho n.º 1250/19-SET	15/10/2019	Anexo F; p. 83
Investimento	Manutenção do contrato de conceção, fornecimento, instalação e manutenção dos sistemas técnicos do Sistema de Mobilidade do Mondego” pelo valor de 3.293.055 € (acresce IVA) e duração até 2028.	Portaria n.º 250/2021	29/06/2021	...
Admissões de Pessoal	Autorização para admitir 5 pessoas em 2022	Despacho n.º 225_2022_SET	24/02/2022	Anexo H; p. 85
Investimento	Necessidade de alterar a autorização de despesa para cada uma das componentes, contemplando um total de 61.510.000 € (acresce IVA), desagregado em valor de investimento para assessoria a estudos e projetos, a gestão e fiscalização da empreitada até 11.508.000 € (acresce IVA) até 2024, para a aquisição do material circulante e sistema de carregamento de baterias um valor de investimento de 36.459.000 € (acresce IVA) até 2025 e valor de manutenção de 13.543.000 € (acresce IVA), até 2039.	RCM n.º 38/2023	03/05/2023	...
Admissões de Pessoal	12 (mais 8 pessoas considerando 4 pessoas não admitidas em 2022, mas com processo iniciado)	Despacho n.º 181_2023_SET	15/05/2023	Anexo I; p. 86
Investimento	Prestação dos serviços alternativos pelo valor de 2.743.709 € (acresce IVA) e duração até 2025.	Portaria n.º 497/2023	21/09/2023	...
Investimento	Fornecimento e manutenção do sistema de bilhética do SMM, pelo valor de 3.598.140,99 € (acresce IVA), correspondendo 2.254.249,20 € ao fornecimento de equipamento de bilhética e 1.343.891,79 € à manutenção do sistema de bilhética.	Portaria n.º 3/2024	09/01/2024	...
Admissões de Pessoal e Indicador Alternativo	Autorização para a contratação de até 59 trabalhadores em 2024, até um total de 88 trabalhadores. A dispensa do cumprimento das orientações financeiras (EBIT/n.º trabalhadores), a título excecional.	Despacho n.º 47/2024-SET	29/01/2024	Anexo J; p. 87
Investimento	Aquisição de serviços de comunicações móveis, voz e bens associados para o SMM pelo valor de 733.488,00 € (acresce IVA) e execução até 2027.	Portaria n.º 109/2024	16/01/2024	...
Investimento	Reprogramação encargos plurianuais para a desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra, contemplando o valor de 4.820.310,45 € (acresce IVA) e execução até 2024	Portaria n.º 107/2024	16/01/2024	...
Investimento	Reprogramação de encargos plurianuais para a fiscalização da execução da empreitada de “desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra, pelo valor de 224.227,70 € (acresce IVA) e execução até 2024.	Portaria n.º 108/2024	16/01/2024	...
Acordo de Empresa	Aprovação da Proposta de Acordo de Empresa, sob condição prévia de serem acauteladas todas as observações formuladas.	Despacho n.º 246/2024-SETF	10/07/2024	Anexo L; p. 89
Saldo de Gerência	Autorização do saldo de gerência em 2024 em 3.670.664 € em 2024	Despacho n.º 209/2024/SEAO	20/08/2024	Anexo K; p. 88
Investimento	Recolha de valores e abastecimento de trocos em equipamentos de bilhética no SMM, pelo montante de 471.582,47 € (acresce IVA) e execução até 2027.	Portaria n.º 641/2024/2	22/08/2024	...
Investimento	Fiscalização de títulos de transporte, vigilância e segurança dos passageiros e do PMO do SMM, pelo montante de 1.580.176,89 € e execução até 2027.	Portaria n.º 682/2024/2	05/09/2024	...
Investimento	Fornecimento de software/sistema integrado de apoio à decisão para o planeamento e gestão de operação, pelo montante de 282.500,00 € (acresce IVA) e execução até 2026.	Portaria n.º 683/2024/2	05/09/2024	...
Acordo de Empresa	Regulamentação do Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE).	BTE n.º 41	08/11/2024	...
Investimento	Contrato de Fornecimento de energia para veículos, PMO e Sede da Metro Mondego	Portaria n.º 788/2024/2	08/11/2024	...
Investimento	Empreitada de «Conservação de infraestruturas de via e de estações do SMM	Portaria n.º 789/2024/2	08/11/2024	...
Acordo de Empresa	Regulamentação do Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego.	BTE n.º 46	15/12/2024	...
Investimento	Contrato de Prestação de serviços de seguros.	Portaria n.º 103/2025/2	05/02/2025	...

Aprovado em Coimbra em 27 de fevereiro de 2025.

O Conselho de Administração

Presidente Eng.º João Rui Sousa Simões Fernandes Marrana

Vogal Executivo Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata

Vogal Executiva Dra. Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge

Anexo A – Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 23.º, alínea d) dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2025 (Revisão 1) da empresa **Metro Mondego, S.A.**, consistindo, no Plano de atividades e Orçamentos 2025-2027, que compreende para o ano de 2025, o orçamento de investimentos (no montante de 25 624 milhares de euros) e de exploração, compreendendo o Balanço previsional (que evidencia um total de ativo líquido de 61 810 milhares de euros, um total de Património Líquido positivo de 42 700 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 543 milhares de euros) e a demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes do Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

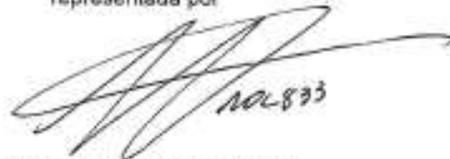
6. Em nossa opinião, com base no trabalho efetuado sobre evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional do plano de atividades e orçamento para 2025, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos, normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Entroncamento, 27 de fevereiro de 2025.

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C.,Lda

representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC nº 833 – CMVM nº 20160489)

Anexo B – Declaração de Conformidade (Anexo XI da DGO)



Anexo à Circular OE2025
Série A N.º 1410



Anexo X Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

Programa: **INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO**
 Ministério: **Ministério das Infraestruturas e Habitação**
 Designação Serviço: **Metro Mondego, S.A.**
 Código Serviço: **5904**

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 e Demonstração de Desempenho Orçamental foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP)
- Demonstrações financeiras previsionais *
- Parecer do órgão de fiscalização **
- Documento comprovativo do NIPC/NIF ***
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA)
- Declaro-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. ****
- Declaro-se que esta entidade, no que se refere a investimentos estruturantes, conforme se estabelece nos pontos 51 e 52 (selecionar alternativa):
 - A - Não desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes
 - B – Desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes e procedeu à sua inscrição ao nível do «projeto»
- Declaro-se que estão vertidas no Projeto de Orçamento todas as receitas e despesas enquadradas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, se aplicável.
- Declaro-se que estão vertidas no Projeto de Orçamento todas as despesas enquadradas no âmbito dos Objetivos Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.

O responsável máximo do serviço

(Assinatura: João Ivo de Sousa Simões
 Qualificação: João Ivo de Sousa Simões
 Fernando Marras)

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

* Não aplicável aos Serviços Integrados.

** Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2025 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2024.

**** Aplicável às EPR.

Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais

Quadro C1 – Balanço Previsional 2025

Metro Mondego
Balanço Previsional 2024 e 2025

RUBRICAS	Notas	31/12/2024	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025
ATIVO						
<u>Ativo não corrente</u>						
Ativos fixos tangíveis		82 693 556	88 986 397	95 373 716	100 004 535	52 554 496
Propriedades de Investimento		192 516	192 516	192 516	192 516	192 516
Ativos intangíveis		96 480	95 424	94 367	93 311	92 254
Diferimentos		3 059	3 059	3 059	3 059	3 059
Outros ativos financeiros		143	143	143	143	143
sub-total		43 997 926	89 277 540	95 663 802	100 293 565	52 842 470
<u>Ativo corrente</u>						
Inventários		4 372 377	3 279 283	2 186 188	1 093 094	0
Devedores e credores p/ transferências e empréstimos		21 352 808	17 615 632	13 878 456	10 141 280	6 407 273
Clientes, contribuintes e utentes		407 708	407 708	407 708	407 708	407 708
Estado e outros entes públicos		4 411 535	1 104 134	1 218 783	810 518	402 024
Outras contas a receber		49 337	49 337	49 337	49 337	49 337
Diferimentos		67 071	67 071	67 071	67 071	67 071
Caixa e depósitos bancários		239 397	3 594 639	3 400 850	2 997 899	1 634 465
sub-total		30 900 233	26 117 804	21 208 394	15 566 908	8 967 878
Total do Ativo		113 885 989	115 395 344	116 872 196	115 860 473	61 810 348
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património / Capital		1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000
Reservas		9 654	9 654	9 654	9 654	9 654
Resultados transitados		-219 839	-13 412	-13 412	-13 412	-13 412
Outras Variações no Património Líquido		83 322 705	82 877 194	82 412 990	81 930 092	41 085 242
Resultado líquido do período		206 427	913 309	1 827 973	1 353 993	543 391
Total do Património Líquido		84 393 948	84 861 745	85 312 205	84 355 327	42 699 875
PASSIVO						
<u>Passivo não corrente</u>						
Provisões		116 682	116 682	116 682	116 682	116 682
Outras contas a pagar		24 115 737	25 071 381	26 021 599	26 966 389	16 192 273
sub-total		24 232 419	25 188 063	26 138 281	27 083 071	16 308 956
<u>Passivo corrente</u>						
Fornecedores		31 030	156 040	292 088	331 549	572 975
Adiantamentos de clientes		0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos		56 560	56 560	35 784	35 784	212 898
Fornecedores de Investimentos		4 778 094	4 738 997	4 699 900	3 660 803	1 621 706
Outras contas a pagar		393 938	393 938	393 938	393 938	393 938
Diferimentos		0	0	0	0	0
sub-total		5 259 622	5 345 535	5 421 711	4 422 075	2 801 517
Total do passivo		29 492 041	30 533 599	31 559 992	31 505 146	19 110 473
Total do Património Líquido e do Passivo		113 885 989	115 395 344	116 872 196	115 860 473	61 810 348

Quadro C2 – Demonstração de Resultados Previsional 2025

Metro Mondego Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza de 2024 e 2025

RUBRICAS	Notas	31/12/2024	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025
Vendas		0	908 123	1 816 246	2 724 369	3 632 492
Prestação de Serviços		0	0	0	229 534	459 068
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos		0	0	0	0	0
Variações nos Inventários de produção		1 264 039	-1 929 635	-3 859 270	-5 788 906	-7 718 541
Trabalhos para a própria entidade		1 389 908	1 613 781	3 346 160	3 346 160	3 346 160
Fornecimentos e serviços externos		1 604 568	1 419 317	2 798 513	4 180 483	5 563 958
Empreitada		1 199 929	273 846	547 692	821 539	1 095 385
Fiscalização		51 468	15 059	30 119	45 178	60 237
Outros Est. E Proj		12 642	12 235	24 471	36 706	48 941
FSE's Atividade Corrente		219 433	162 386	284 651	409 691	536 234
FSE's Exploração		121 096	955 790	1 911 580	2 867 370	3 823 160
Gastos com o pessoal		1 105 543	619 819	1 397 502	2 060 285	2 883 571
Provisões (aumentos/reduções)		107 502				
Outros rendimentos e ganhos		516 895	2 686 153	5 396 426	8 135 394	62 955 220
Outros gastos e perdas		11 201	1 000	1 500	4 500	5 000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		342 028	1 238 286	2 502 046	2 401 283	54 221 871
Gastos/reversões de depreciação e amortização		39 778	324 977	674 074	1 047 291	53 501 366
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		302 250	913 309	1 827 973	1 353 993	720 504
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados		9				
Resultado antes de imposto		302 242	913 309	1 827 973	1 353 993	720 504
Imposto sobre o rendimento do período		-95 815	0	0	0	-177 113
Resultado líquido do período		206 427	913 309	1 827 973	1 353 993	543 391

Quadro C3 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional 2025

Metro Mondego
Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa de 2025

Rubricas	Notas	31/01/2025	28/02/2025	31/03/2025	30/04/2025	31/05/2025	30/06/2025	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
Fluxos de Caixa de atividades operacionais													
Recebimentos de Clientes		302 708	605 415	908 123	1 210 831	1 513 538	1 816 246	2 201 931	2 587 617	2 973 302	3 358 988	3 744 673	4 130 358
Recebimentos de Contribuintes		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimento de Utentes		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamento a fornecedores		-450 000	-850 000	-1 550 000	-2 050 000	-2 450 000	-3 050 000	-3 450 000	-4 150 000	-4 650 000	-5 100 000	-5 500 000	-6 050 000
Pagamentos ao Pessoal		-239 379	-429 241	-620 378	-816 105	-1 005 967	-1 407 977	-1 633 830	-1 852 543	-2 071 256	-2 295 834	-2 676 326	-2 895 039
Caixa gerada pelas operações													
Outros recebimentos/pagamentos		-386 672	-673 826	-1 262 255	-1 655 275	-1 942 429	-2 641 731	-2 881 899	-3 414 926	-3 747 954	-4 036 846	-4 431 653	-4 814 681
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		4 024 863	3 737 709	3 148 280	2 755 260	3 447 331	2 747 529	2 507 361	3 474 333	3 137 616	2 848 473	2 453 666	3 570 389
Fluxos de caixa de atividades de investimento													
Pagamentos respeitantes a:													
Ativos fixos tangíveis		-1 952 300	-2 904 600	-6 856 900	-8 809 200	-9 761 500	-13 713 800	-17 666 100	-20 618 400	-21 570 700	-23 523 000	-26 475 300	-30 427 600
Ativos intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de:													
Ativos fixos tangíveis		43 467	86 933	130 400	173 867	217 333	260 800	304 267	347 733	391 200	434 667	478 133	521 600
Ativos intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subsidio ao investimento		1 245 725	2 491 451	3 737 176	4 982 901	6 228 627	7 474 352	8 720 077	9 965 803	11 211 528	12 457 253	13 702 979	14 945 535
Transferências de capital		1 065 429	2 130 857	3 196 286	4 261 715	5 327 143	6 392 572	7 458 001	8 523 429	9 588 858	10 654 287	11 719 715	12 785 144
Juros e rendimentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		402 321	1 804 641	206 962	609 283	2 011 603	413 924	-1 183 755	-1 781 435	-379 114	23 207	-574 473	-2 175 321
Fluxos de caixa das atividades de financiamento													
Recebimentos provenientes de:													
Financiamento obtidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuizos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:													
Financiamentos obtidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		0	0	0	0	0	0						
Varição de Caixa e seus equivalentes (a+b+c)		4 427 184	5 542 350	3 355 242	3 364 543	5 458 934	3 161 453	1 323 605	1 692 899	2 758 502	2 871 680	1 879 193	1 395 068
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		239 397	4 666 581	5 781 747	3 594 639	3 603 940	5 698 331	3 400 850	1 563 002	1 932 296	2 997 899	3 111 077	2 118 590
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 666 581	5 781 747	3 594 639	3 603 940	5 698 331	3 400 850	1 563 002	1 932 296	2 997 899	3 111 077	2 118 590	1 634 465

Quadro C4 – Balanço Previsional 2026 e 2027

Metro Mondego
Balanço Previsional 2026 e 2027

RUBRICAS	Notas	31/03/2026	30/06/2026	30/09/2026	31/12/2026	31/03/2027	30/06/2027	30/09/2027	31/12/2027
ATIVO									
<u>Ativo não corrente</u>									
Ativos fixos tangíveis		53 763 486	54 967 737	56 167 101	57 361 578	56 981 889	56 602 200	56 222 512	55 842 823
Propriedades de Investimento		192 516	192 516	192 516	192 516	192 516	192 516	192 516	192 516
Ativos intangíveis		91 198	90 142	89 744	89 744	89 744	89 744	89 744	89 744
Diferimentos		3 059	3 059	3 059	3 059	3 059	3 059	3 059	3 059
Outros ativos financeiros		143	143	143	143	143	143	143	143
	sub-total	54 050 403	55 253 587	56 452 563	57 647 041	57 267 352	56 887 663	56 507 975	56 128 286
<u>Ativo corrente</u>									
Inventários		0	0	0	0	0	0	0	0
Devedores e credores p/ transferências e empréstimos		5 287 897	4 168 522	3 049 146	1 929 771	1 929 771	1 929 771	1 929 771	1 929 771
Clientes, contribuintes e utentes		407 708	407 708	407 708	407 708	407 708	407 708	407 708	407 708
Estado e outros entes públicos		997 639	977 545	756 043	536 519	488 846	525 390	470 525	507 638
Outras contas a receber		49 337	49 337	49 337	49 337	49 337	49 337	49 337	49 337
Diferimentos		67 071	67 071	67 071	67 071	67 071	67 071	67 071	67 071
Caixa e depósitos bancários		1 095 239	1 678 742	2 407 675	1 268 292	1 604 751	1 547 487	1 599 172	1 581 909
	sub-total	7 904 892	7 348 926	6 736 981	4 268 698	4 547 484	4 526 764	4 523 584	4 543 434
Total do Ativo		61 955 295	62 602 523	63 189 545	61 905 739	61 814 836	61 414 427	61 031 559	60 671 720
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO									
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património / Capital		1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000
Reservas		9 654	9 654	9 654	9 654	9 654	9 654	9 654	9 654
Resultados transitados		529 979	529 979	529 979	529 979	514 979	514 979	514 979	514 979
Outras Variações no Património Líquido		40 936 331	40 783 746	40 627 885	40 468 545	40 145 224	39 821 903	39 498 582	39 175 260
Resultado líquido do período		-8 089	-97 445	91 331	-15 000	2 409	-102 323	106 708	-15 000
Total do Património Líquido		42 542 875	42 300 934	42 333 849	42 068 179	41 747 266	41 319 213	41 204 922	40 759 893
PASSIVO									
<u>Passivo não corrente</u>									
Provisões		116 682	116 682	116 682	116 682	116 682	116 682	116 682	116 682
Outras contas a pagar		16 474 021	16 754 702	17 034 433	17 313 153	17 219 285	17 125 418	17 031 550	16 937 683
	sub-total	16 590 703	16 871 385	17 151 115	17 429 835	17 335 967	17 242 100	17 148 232	17 054 365
<u>Passivo corrente</u>									
Fornecedores		183 875	510 176	675 252	554 097	770 348	1 199 236	916 901	1 198 333
Adiantamentos de clientes		0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos		212 898	35 784	35 784	50 784	50 784	35 784	35 784	50 784
Fornecedores de Investimentos		2 031 006	2 490 306	2 599 606	1 408 906	1 516 531	1 224 156	1 331 781	1 214 406
Outras contas a pagar		393 938	393 938	393 938	393 938	393 938	393 938	393 938	393 938
Diferimentos		0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total	2 821 717	3 430 204	3 704 581	2 407 725	2 731 602	2 853 115	2 678 404	2 857 461
Total do passivo		19 412 420	20 301 589	20 855 695	19 837 560	20 067 569	20 095 215	19 826 636	19 911 826
Total do Património Líquido e do Passivo		61 955 295	62 602 523	63 189 545	61 905 739	61 814 836	61 414 427	61 031 559	60 671 720

Quadro C5 – Demonstração de Resultados Previsional 2026 e 2027

Metro Mondego Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza de 2026 e 2027

RUBRICAS	Notas	31/03/2026	30/06/2026	30/09/2026	31/12/2026	31/03/2027	30/06/2027	30/09/2027	31/12/2027
Vendas		0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Serviços		923 004	1 846 008	2 769 012	3 692 016	1 470 145	2 940 290	4 410 436	5 880 581
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos		2 061 764	4 123 527	6 185 291	8 247 055	1 756 011	3 512 023	5 268 034	7 024 045
Variações nos Inventários de produção		0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos		1 725 663	3 414 329	5 093 871	6 784 512	1 811 757	3 583 828	5 346 774	7 120 820
Empreitada		0	0	0	0	0	0	0	0
Fiscalização		0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Est. E Proj		0	0	0	0	0	0	0	0
FSE's Atividade Corrente		190 804	344 611	489 293	645 075	193 673	347 660	492 522	648 484
FSE's Exploração		1 534 859	3 069 719	4 604 578	6 139 437	1 618 084	3 236 168	4 854 252	6 472 336
Gastos com o pessoal		1 223 193	2 565 150	3 635 601	4 977 558	1 370 510	2 888 348	4 099 047	5 616 885
Provisões (aumentos/reduções)									
Outros rendimentos e ganhos		409 104	822 947	1 241 018	1 663 577	426 708	853 417	1 280 125	1 706 833
Outros gastos e perdas		1 000	1 500	4 500	5 000	1 000	1 500	4 500	5 000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		444 015	811 503	1 461 350	1 835 579	469 598	832 054	1 508 274	1 868 755
Gastos/reversões de depreciação e amortização		452 104	908 948	1 370 019	1 835 579	467 189	934 378	1 401 566	1 868 755
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8 089	-97 445	91 331	0	2 409	-102 323	106 708	0
Juros e rendimentos similares obtidos									
Juros e gastos similares suportados									
Resultado antes de imposto		-8 089	-97 445	91 331	0	2 409	-102 323	106 708	0
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0	-15 000	0	0	0	-15 000
Resultado líquido do período		-8 089	-97 445	91 331	-15 000	2 409	-102 323	106 708	-15 000

Quadro C6 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional 2026 e 2027

Metro Mondego
Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa de 2026 e 2027

Rubricas	31/03/2026	30/06/2026	30/09/2026	31/12/2026	31/03/2027	30/06/2027	30/09/2027	31/12/2027
Fluxos de Caixa de atividades operacionais								
Recebimentos de Clientes	986 994	1 973 988	2 960 982	3 947 976	1 570 063	3 140 126	4 710 189	6 280 252
Recebimentos de Contribuintes	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimento de Utentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamento a fornecedores	-2 500 000	-4 250 000	-6 150 000	-8 350 000	-2 000 000	-3 750 000	-6 200 000	-8 100 000
Pagamentos ao Pessoal	-1 241 299	-2 583 256	-3 653 707	-4 995 664	-1 388 615	-2 906 453	-4 117 153	-5 634 991
Caixa gerada pelas operações	-2 754 305	-4 859 268	-6 842 725	-9 397 688	-1 818 552	-3 516 327	-5 606 964	-7 454 738
Outros recebimentos/pagamentos	2 060 764	4 544 914	7 402 988	10 264 251	2 155 011	4 195 523	6 337 844	8 393 355
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-693 541	-314 354	560 263	866 563	336 459	679 195	730 881	938 617
Fluxos de caixa de atividades de investimento								
Pagamentos respeitantes a:								
Ativos fixos tangíveis	-1 500 000	-2 950 000	-4 750 000	-7 850 000	0	-400 000	-400 000	-625 000
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de:								
Ativos fixos tangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio ao investimento	1 119 376	2 238 751	3 358 127	4 477 502	0	0	0	0
Transferências de capital	534 940	1 069 881	1 604 821	2 139 761	0	0	0	0
Juros e rendimentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	154 316	358 632	212 948	-1 232 737	0	-400 000	-400 000	-625 000
Fluxos de caixa de atividades de financiamento								
Recebimentos provenientes de:								
Financiamento obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0	0	0	0	0	0	0
Doações	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:								
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	0							
Varição de Caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-539 226	44 277	773 210	-366 173	336 459	279 195	330 881	313 617
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 282 751	1 737 261	2 496 602	1 953 779	1 297 521	1 496 896	1 503 357	1 522 653
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 095 239	1 678 742	2 407 675	1 268 292	1 604 751	1 547 487	1 599 172	1 581 909

Anexo D – Demonstrações Financeiras UTAM

Demonstrações financeiras

Unid: 1 €					
Balço	2023	2024	2025	2026	2027
Ativo (total)	64 148 157	113 885 989	61 810 348	61 905 739	60 671 720
não corrent.	54 743 027	82 985 755	52 842 470	57 647 041	56 128 286
corrente	9 405 130	30 900 233	8 967 878	4 258 698	4 543 434
CP (total)	49 586 398	84 393 948	42 699 875	42 068 179	40 759 893
result.trans.	-526 590	-219 839	-13 412	529 979	514 979
Passivo (total)	14 561 760	29 492 041	19 110 473	19 837 560	19 911 826
não corrent.	14 113 623	24 232 419	16 308 956	17 429 835	17 054 365
corrente	448 137	5 259 622	2 801 517	2 407 725	2 857 461

Demonstração de resultados	2023	2024	2025	2026	2027
Volume de Negócios (incl. ICs)			4 091 560	11 939 071	12 904 626
% de crescimento				192%	8%
Gastos com Pessoal	-892 461	-1 105 543	-2 883 571	-4 977 558	-5 616 885
% de crescimento		24%	161%	73%	13%
Fornecimentos e serviços externos	-1 379 112	-1 604 568	-5 563 958	-6 784 512	-7 120 820
% de crescimento		16%	247%	22%	5%
EBITDA	456 098	342 028	54 221 871	1 835 579	1 868 755
% de crescimento		-25%	15753%	-97%	2%
EBIT	410 758	302 250	720 504	0	0
% de crescimento		-26%	138%	-100%	-446%
Resultado líquido	306 751	206 427	543 391	-15 000	-15 000
% de crescimento		-33%	163%	-103%	0%

Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027
GO/VN			2	1

Conformidade com proposta de Orçamento de Estado para 2025

EUR	PAO 2025 (Conforme DFC)	OE 2025	Cumprimento
Gastos com pessoal	- 2 895 039 €	2 893 225 €	✓
FSE + CMVMC	- 6 050 000 €	5 355 975 €	✓
Investimentos	- 30 427 600 €	8 317 308 €	✓
Despesa Total	- 39 372 639 €	16 985 091 €	✓

BALANÇO

Rubricas	Notas	Unidade								
		2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAG	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		54 536 361 €	46 629 147 €	82 693 556 €	88 986 397 €	95 373 716 €	100 004 535 €	52 554 496 €	57 361 578 €	55 842 823 €
Propriedades de Investimento		192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €
Ativos intangíveis		10 991 €	0 €	96 480 €	95 424 €	94 367 €	93 311 €	92 254 €	89 744 €	89 744 €
Ativos biológicos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Participações financeiras		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes, contribuintes e utentes		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Acionistas / Sócios / Associados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos		914 €	421 €	3 059 €	3 059 €	3 059 €	3 059 €	3 059 €	3 059 €	3 059 €
Outros ativos financeiros		2 244 €	4 887 €	143 €	143 €	143 €	143 €	143 €	143 €	143 €
Ativos por impostos diferidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a receber		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subtotal		54 743 027 €	46 826 971 €	82 985 755 €	89 277 540 €	95 663 802 €	100 293 565 €	52 842 470 €	57 647 041 €	56 128 286 €
Ativo corrente										
Inventários		3 108 338 €	3 518 407 €	4 372 377 €	3 279 283 €	2 186 188 €	1 093 094 €	-	0 €	0 €
Ativos biológicos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0 €	0 €	21 352 808 €	17 615 632 €	13 878 456 €	10 141 280 €	6 407 273 €	1 929 771 €	1 929 771 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes, contribuintes e utentes		155 193 €	61 710 €	407 708 €	407 708 €	407 708 €	407 708 €	407 708 €	407 708 €	407 708 €
Estado e outros entes públicos		146 386 €	916 140 €	4 411 535 €	1 104 134 €	1 218 783 €	810 518 €	402 024 €	536 519 €	507 638 €
Acionistas / Sócios / Associados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a receber		31 148 €	116 124 €	49 337 €	49 337 €	49 337 €	49 337 €	49 337 €	49 337 €	49 337 €
Diferimentos		10 218 €	29 183 €	67 071 €	67 071 €	67 071 €	67 071 €	67 071 €	67 071 €	67 071 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ativos não correntes detidos para venda		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Caixa e depósitos		5 953 847 €	778 624 €	239 397 €	3 594 639 €	3 400 850 €	2 997 899 €	1 634 465 €	1 268 292 €	1 581 909 €
Subtotal		9 405 130 €	5 420 188 €	30 900 233 €	26 117 804 €	21 208 394 €	15 566 908 €	8 967 878 €	4 258 698 €	4 543 434 €
Total do Ativo		64 148 157 €	52 247 159 €	113 885 989 €	115 395 344 €	116 872 196 €	115 860 473 €	61 810 348 €	61 905 739 €	60 671 720 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património / Capital		1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €
Ações (quotas) próprias		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros instrumentos de capital próprio		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Prémios de emissão		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Reservas		9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €
Resultados transitados		-526 590 €	-199 145 €	-219 839 €	-13 412 €	-13 412 €	-13 412 €	13 412 €	529 979 €	514 979 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Excedentes de revalorização		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras variações no Património Líquido		48 721 582 €	37 800 669 €	83 322 705 €	82 877 194 €	82 412 990 €	81 930 092 €	41 085 242 €	40 468 545 €	39 175 260 €
Resultado líquido do período		306 751 €	256 743 €	206 427 €	913 309 €	1 827 973 €	1 353 993 €	543 391 €	-15 000 €	-15 000 €
Dividendos antecipados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Interesses que não controlam		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total do Património Líquido		49 586 398 €	38 942 921 €	84 393 948 €	84 861 745 €	85 312 205 €	84 355 327 €	42 699 875 €	42 068 179 €	40 759 893 €
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		9 180 €	0 €	116 682 €	116 682 €	116 682 €	116 682 €	116 682 €	116 682 €	116 682 €
Financiamentos obtidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores de investimentos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivos por impostos diferidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a pagar		14 104 443 €	11 038 567 €	24 115 737 €	25 071 381 €	26 021 599 €	26 966 389 €	16 192 273 €	17 313 153 €	16 937 683 €
Subtotal		14 113 623 €	11 038 567 €	24 232 419 €	25 188 063 €	26 138 281 €	27 083 071 €	16 308 956 €	17 429 835 €	17 054 365 €
Passivo corrente										
Credores por transferências e subsídios concedidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores		6 960 €	542 832 €	31 030 €	156 040 €	292 088 €	331 549 €	572 975 €	554 097 €	1 198 333 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Estado e outros entes públicos		83 847 €	113 198 €	56 560 €	56 560 €	35 784 €	35 784 €	212 898 €	50 784 €	50 784 €
Acionistas / Sócios / Associados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamentos obtidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores de investimentos		15 955 €	1 537 579 €	4 778 094 €	4 738 997 €	4 699 900 €	3 660 803 €	1 621 706 €	1 408 906 €	1 214 406 €
Outras contas a pagar		341 376 €	72 062 €	393 938 €	393 938 €	393 938 €	393 938 €	393 938 €	393 938 €	393 938 €
Diferimentos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros passivos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subtotal		448 137 €	2 265 671 €	5 259 622 €	5 345 535 €	5 421 711 €	4 422 075 €	2 801 517 €	2 407 725 €	2 857 461 €
Total do Passivo		14 561 760 €	13 304 238 €	29 492 041 €	30 533 599 €	31 559 992 €	31 505 146 €	19 110 473 €	19 837 560 €	19 911 826 €
Total do Património Líquido e Passivo		64 148 157 €	52 247 159 €	113 885 989 €	115 395 344 €	116 872 196 €	115 860 473 €	61 810 348 €	61 905 739 €	60 671 720 €

PLANO DE INVESTIMENTOS

Investimentos	Notas	Unidade							
		2024		2025		2026		2027	
		PAO	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Nota: Identificar se se trata de investimento de substituição ou de expansão, e se está contigente na concessão de financiamentos (v.g., de candidaturas a fundos estruturais)									
Parque de Material e Oficinas	Construção	8 371 865 €	5 152 980 €	2 321 940 €	4 643 880 €	6 965 820 €	9 287 760 €	2 674 150 €	0 €
Fundos Comunitários (PACS)		8 371 865 €	316 471 €	1 933 688 €	3 867 375 €	5 801 063 €	7 734 750 €	2 214 377 €	0 €
Receitas Próprias		0 €	3 636 685 €	388 253 €	776 505 €	1 164 758 €	1 553 010 €	459 773 €	0 €
Dotação OE		0 €	1 199 824 €					0 €	0 €
VAL estimado (em €)		13 079 000 €							
Material Circulante	Fornecimento inicial	30 742 789 €	19 612 735 €	4 618 891 €	9 237 782 €	13 856 673 €	18 475 564 €	4 366 500 €	0 €
Fundos Comunitários (PACS)		28 355 661 €	14 528 539 €	1 777 196 €	3 554 393 €	5 331 589 €	7 108 785 €	2 263 125 €	0 €
Receitas Próprias		2 387 128 €	2 317 593 €	2 841 695 €	5 683 389 €	8 525 084 €	11 366 779 €	2 103 375 €	0 €
Dotação OE		0 €	2 766 603 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)		34 888 000 €							
Total Investimento		39 114 654 €	24 765 715 €	6 940 831 €	13 881 662 €	20 822 493 €	27 763 324 €	7 040 650 €	- €
Total financiamento		39 114 654 €	24 765 715 €	6 940 831 €	13 881 662 €	20 822 493 €	27 763 324 €	7 040 650 €	- €

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-2 271 573	-2 710 111	-2 710 111	-8 447 529	-11 762 070	-12 737 705	-5 737 418	-211,7%
CMVMC	0	0	0	0	0	0	0	
FSE	-1 379 112	-1 604 568	-1 604 568	-5 563 958	-6 784 512	-7 120 820	-3 959 389	-246,8%
Gastos com pessoal	-892 461	-1 105 543	-1 105 543	-2 883 571	-4 977 558	-5 616 885	-1 778 028	-160,8%
Impactos decorrentes de obrigações legais*								
Impacto A								
Impacto ...								
Gastos operacionais ajustados	2 271 573	2 710 111	2 710 111	8 447 529	11 762 070	12 737 705	5 737 418	211,7%
Volume de negócios				4 091 560	11 939 071	12 904 626		
Vendas	0	0	0	3 632 492	0	0	3 632 492	
Prestações de Serviços	0	0	0	459 068	3 692 016	5 880 581	459 068	
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)			0 €	0 €	8 247 055 €	7 024 045 €	0	
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**								
Impacto A								
Impacto ...								
Volume de Negócios ajustado				4 091 560	11 939 071	12 904 626		
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)				206%	99%	99%		

Pessoal	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	22	88	25	138	138	138	113	452%
N.º de membros dos órgãos sociais	3 €	3 €	3 €	3 €	3 €	3 €	0	0%
N.º de membros cargos de direção	3 €	4 €	3 €	3 €	3 €	3 €	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	16 €	81 €	19 €	132 €	132 €	132 €	113	595%
Gastos totais com pessoal*	892 461 €	2 208 122 €	1 105 543 €	2 883 571 €	4 977 558 €	5 616 885 €	1 778 028	161%
Gastos com órgãos sociais**	228 129 €	306 267 €	283 824 €	307 345 €	307 705 €	308 087 €	23 521	8%
Gastos com cargos de direção	155 788 €	299 594 €	186 432 €	723 259 €	1 127 404 €	1 195 067 €	536 827	288%
Remuneração do pessoal	475 434 €	1 475 980 €	596 802 €	1 718 359 €	3 319 763 €	3 871 386 €	1 121 557	188%
Benefícios pós-emprego	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Ajudas de custo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Rescisões / Indemnizações	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Restantes encargos	33 111 €	126 282 €	38 485 €	134 608 €	222 685 €	242 345 €	96 123	250%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024	149 881 €		60 986 €	1 221 729 €	293 588 €	0 €	1 160 743	1903%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	262 326 €	916 485 €	137 419 €	1 742 691 €	618 748 €	0 €	1 605 271	1168%
(iii) Cumprimento de disposições legais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	0 €	46 811 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €		
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-228 129	-306 267	-283 824	-307 345	-307 705	-308 087	-23 521	-8%
(-) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	0	0	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	0	0	0	0	0	0	
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	
(+) Absentismo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	664 332	1 901 855	821 719	2 576 227	4 669 853	5 308 797	1 754 507	214%
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social								
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.								
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	72%	78%	73%	67%	71%	73%	0	-8%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	23%	16%	23%	28%	24%	23%	0	24%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	34%	16%	35%	12%	7%	6%	0	-65%

Rácios Financeiros	Formúla	2023	2024	2025	2026	2027
		Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio			1325%	15%	14%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		0%	1%	0%	0%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		0%	1%	0%	0%
Passivo total	Passivo/Ativo	23%	26%	31%	32%	33%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	1%	5%	5%	4%	5%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	77%	74%	69%	68%	67%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	2099%	587%	320%	177%	159%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	18 671	12 090	6 376	0 -	0

Anexo E – Mapa de Pessoal Aprovado pela Secretária de Estado da Mobilidade



APROVO,
Assinado por: Cristina Maria dos Santos Pinto Dias, Secretária de Estado da Mobilidade
Num. de Identificação: 07312399
Data: 2024.08.13 16:20:11+01'00'

(Cristina Pinto Dias)

METRO DO MONDEGO, S.A.

Mapa de Pessoal 2025

MAPA RESUMO

OE 2025

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho	Observações
Dirigente Superior 1.º Grau	4	
Dirigente Superior 2.º Grau	2	
Pessoal Inspeção	1	
Dirigente Intermédio 1.º/2º Grau	15	
Dirigente Intermédio de 3.º Grau e Seguintes		
Técnico Superior	18	
Pessoal da Informática		
Assistente Técnico, Técnico de Nível Intermédio, Pessoal	14	
Assistente Operacional, Operário, Pessoal Auxiliar	88	
Total	142	
Controlo	0	

Em Observações, identificar:

- diploma legal e/ou Acordo de Empresa que prevê cargo/carreira;
- número de postos de trabalho a preencher com vínculo a termo;
- número de postos de trabalho a tempo parcial

Anexo F – Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional



À Dca. Cláudia Nogueira e
à Eng.ª Lili Ana Azevedo.

24/10/2019

JPM

Proporção o envio à f.d.a., SA
para reconhecimento.

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado das Infraestruturas
Dra. Isabel Pires Marques
Av. Barbosa do Bocage, 5 - 2.º
1049-039 Lisboa

Isabel Pires Marques
Chefe do Gabinete do Secretário
das Infraestruturas

Concordo.
24/10/2019
JPM


24/10/2019

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 4815/2019 ENT.: 4983 de 11-10-2019 PROC. Nº: 24.421/2019	16-10-2019

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2019 (SiRIEF, 2019-09-17)
Metro do Mondego, S.A.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício nº 450/UTAM/2019, bem como cópia do Relatório de Análise nº 306/2019, de 11 de outubro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 1250/19 - SET
"Concordo.

Autorizo as exceções, nos termos propostos no ponto B. do presente Relatório, quanto:

- i) À alteração do indicador de eficiência operacional;
- ii) Ao aumento dos gastos com pessoal e;
- iii) Ao aumento com deslocações estadas e ajudas de custo e os associados à frota automóvel.

Autorizo a realização do investimento, em 2019, até ao limite de 1,4ME.

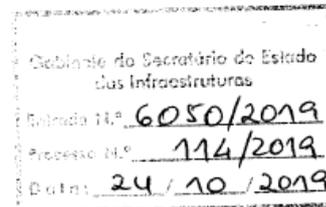
Remeta-se a S. Exa o SEInfra.

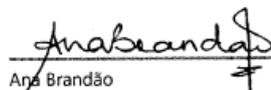
Dê-se conhecimento à DGTF.

Álvaro Novo
15.10.2019"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,





Ana Brandão

AV

Anexo G – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito anual de novas admissões

Os efeitos que as novas admissões acarretam, num exercício completo, são apresentados no Quadro G1 - Efeito anual de novas admissões.

Quadro 30 – Efeito anual de novas admissões

	2023		2024		2025		2026		2027	
	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento		
Gastos totais com contratações	262 326	2 305 410	137 419	2 282 028	618 748	0	0	0	0	
Gastos com Órgãos Sociais	92 007	0	0	0	0	0	0	0		
Gastos com cargos de direção	57 753	72 975	0	539 338	0	0	0	0		
Remuneração do pessoal	112 566	2 232 434	137 419	1 742 691	618 748	0	0	0		
Nº Cargos Direção s/ OS	1	1	0	12	0	0	0	0		
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	3	65	5	76	25	0	0	0		

Anexo H – Autorização para admissão de 5 trabalhadores no exercício de 2022



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete
de Sua Excelência o Secretário de Estado das
Infraestruturas
Dra. Isabel Pires Marques
Avenida Barbosa du Bocage, 5 - 2º
1049-039 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 691/2022 ENT.: 526 de 17-02-2022 PROC. Nº: 29.33/22	24-02-2022

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 (PAO2022-24) da Metro do Mondego, S.A. (Mdm) (SIREF, 2021-09-13)

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do Relatório de Análise nº 30/2022, de 16 de fevereiro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 225/2022 - SET

"Visto.

Atento o presente Relatório de Análise, (RA) concedo a autorização para:

- a) a contratação de 5 trabalhadores, nos termos constantes do Relatório de Análise;
- b) o aumento dos Gastos com Pessoal, nos termos do RA, limitado o valor dos Gastos com Pessoal em 2022 a 899 644,13 euros;
- c) o aumento dos Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, limitando os encargos em 2022 a 45 307 euros.

Nestes termos, considero que a proposta de PAO está em condições de ser aprovada, mas apenas no respeitante ao ano de 2022, atenta a necessidade de esclarecimento da evolução futura da performance financeira da empresa.

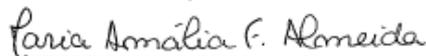
Conhecimento ao Sr. SEI. Conhecimento também à DGTF e à UTAM.

Miguel Cruz

24.02.2022"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,



Maria Amália Almeida
CN

Anexo I – Autorização para admissão de 8 trabalhadores no exercício de 2023



Despacho n.º 181/2023-SET

Atento o exposto no Relatório de Análise n.º 313/2022, de 16 de dezembro, em conjugação com a Informação 08/2023, de 19 de abril, ambos da UTAM, aprovo-os, na generalidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

Considerando o teor das respetivas conclusões, os esclarecimentos prestados pela empresa ao meu gabinete (ENT_1229_2023_SET) e o cumprimento do rácio de eficiência operacional alternativo apresentado pela empresa de 2023 face à estimativa para 2022, considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa, para o ano de 2023, poderá ser aprovada, pelo que concedo apenas, conforme proposto pela UTAM, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa, as seguintes autorizações para:

- A contratação de até 8 trabalhadores, limitando o aumento de trabalhadores em 2023, sem órgãos sociais e líquido de substituições, a 12;
- O aumento dos Gastos com o pessoal (s/ órgãos sociais) em até 581 mil euros em 2023, limitando o seu total ao valor de 1.294 mil euros em 2023, ajustando o aumento da massa salarial global, incluindo todos os efeitos e componentes remuneratórias, salvo efeitos de volume, às orientações expressas do Acionista Estado, emanadas, nomeadamente, nos despachos de 15.12.2022 e de 12.05.2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças;
- O aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em até 28,8 mil euros em 2023, limitando o seu total ao valor de até 58,7 mil euros em 2023; e,
- As despesas e investimentos propostos pela empresa, de forma que, garantindo a plena absorção de fundos comunitários, não ultrapassem o valor inscrito no OE2023.

A aprovação da proposta de PAO apresentada pela empresa não dispensa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Dê-se conhecimento a S. Exa. O Secretário de Estado das Infraestruturas, à DGTF, e à UTAM.

O Secretário de Estado do Tesouro

**Pedro
Sousa
Rodrigues**

Assinado de
forma digital por
Pedro Sousa
Rodrigues
Dados:
2023.05.15
19:57:30 +01'00'

Pedro Sousa Rodrigues

Anexo J – Autorização para admissão de 59 trabalhadores no exercício de 2024



DESPACHO

DESPACHO n.º 47/2024-SET

Atento o exposto no relatório de análise n.º 5/2024, de 10 de Janeiro, da UTAM, aprovo-o na generalidade, nos termos e para o efeito do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

Considerando o teor da respetiva conclusão e o cumprimento do rácio de eficiência operacional de 2024 face a 2023, calculado de acordo com o Indicador alternativo aprovado para a Metro do Mondego, S. A., considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa poderá ser aprovada, pelo que concedo apenas, conforme proposto pela UTAM, para o ano de 2024, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa, as seguintes autorizações para:

- A contratação de até 59 trabalhadores, limitando o número total de trabalhadores em 2024 a 88, tendo em conta que a empresa prevê iniciar ainda em 2024 a sua operação;
- O aumento dos Gastos operacionais em até 2,638 milhões de euros, limitando o seu valor total em 2024 a 5,539 milhões de euros;
- A dispensa do cumprimento, das orientações financeiras, conforme Despacho n.º 324/2023-SET, no tocante ao EBIT/n.º trabalhadores, a título excecional, uma vez que a empresa transitará de empresa-projeto para uma empresa em operação;
- Os investimentos propostos pela empresa, devendo esta proceder à sua priorização, de forma que, garantindo a plena absorção de fundos comunitários, não ultrapassem o valor inscrito no OE2024 (39 milhões de euros).

A aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Dê-se conhecimento a S. Exa. O Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Infraestruturas, a DGTF, e a UTAM.

O Secretário de Estado do Tesouro

Pedro
Sousa
Rodrigues

Assinado de forma digital por Pedro Sousa Rodrigues
Dados: 2024.01.29 16:46:08 Z

(Pedro Sousa Rodrigues)

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
(+351) 21 881 6800
portugal.gov.pt

Anexo K – Autorização para utilização de saldo de gerência em 2024



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DO ORÇAMENTO

DESPACHO Nº 209 / 2024 / SEAO

Considerando:

- i. O processo do Metro do Mondego, S.A (MM) com o n.º AO 963/2024, que obteve a concordância do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação;
- ii. A análise da DGO constante no P3438/2024;

Autorizo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro aplicação dos saldos de gerência anterior até ao valor de 3.670.664€ exclusivamente para reforço de despesa de investimento na condição do início da operação do Sistema de Mobilidade do Mondego se realizar em dezembro do corrente ano.

Dê-se conhecimento à DGO.

Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento



José Maria Brandão de Brito



DESPACHO Nº 495 / 2024 / SEAO

Considerando:

- i. O processo do Metro do Mondego, S.A (MM) com o n.º AO 1709/2024, que obteve a concordância da Senhora Secretária de Estado da Mobilidade;
- ii. A análise da DGO constante no P6002/2024;

Autorizo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro aplicação dos saldos de gerência anterior até ao valor de 2.041.489€ exclusivamente para investimento.

Dê-se conhecimento à DGÓ.

Lisboa, 18/12/2024

Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento



José Maria Brandão de Brito

Anexo L – Proposta de Acordo de Empresa



Informação N.º: INFSE_DGTF/2024/400 - DSJC

de: 10/07/2024

Proc.:

Para: Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Assunto: Metro do Mondego, S.A. | Proposta de Acordo de Empresa

V/ Ref.º: de:

Despacho n.º 246/2024-SETF

Atento o exposto na presente Informação da DGTF, nos termos solicitados e tendo em conta as autorizações anteriormente concedidas e o previsto no PAO já aprovado - no âmbito do qual se encontram refletidos os impactos decorrentes da eventual celebração do AE em apreço, designadamente os gastos totais com pessoal em 2024 no montante de €2.208.122 - aprova-se o mesmo, sob condição prévia de serem acauteladas todas as observações formuladas na presente Informação (e.g. quanto ao montante ao subsídio de refeição que não deve ser inferior ao praticado na AP).

Remeta-se para a DGTF e dê-se conhecimento à Metro do Mondego, S.A. e ao Senhor MIH.

Parecer(es) DGTF

Diretor(a) Geral

10/07/2024 20:54

Maria João Araujo

Concordo.

À consideração do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

João
Silva
LopesAssinado de
forma digital por
João Silva Lopes
Dados:
2024.07.15
12:30:39 +01'00'

A Diretora-Geral,



por Maria João Dias Pessoa de Araújo em 10-07-2024 às 20:54

Sub-Diretor(a) Geral

Diretor(a) Serviços/Chefe Divisão

10/07/2024 19:13

Cristina Freire

Com o meu acordo ao informado e à conclusão formulada.

À consideração superior.